

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE (UASG)

(983677)

OBJETO

Aquisição material de limpeza, durante o período de 12(doze) meses para suprir as necessidades das diversas secretarias do município de laje/BA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.722.385,77 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **29/05/2026** às **09h00** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DO TERMO DE CONTRATO	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
13. DOS RECURSOS	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026
(Processo Administrativo nº 423/2025)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Laje, através da Secretaria Municipal de Administração, Endereço Praça Jose Raimundo de Almeida, S/N, Centro, Laje - BA realizará licitação, , na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 422, de 2021, Decreto Municipal nº 001, de 2024, Decreto Municipal nº 003, de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Aquisição material de limpeza, durante o período de 12(doze) meses para suprir as necessidades das diversas secretarias do município de laje/BA conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 3.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, exceto para os itens 17, 50, 51, 93, 16.
- 3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora

ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 *O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01. (um centavo)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas brasileiras;

7.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
 - 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
 - 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
 - 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1 contiver vícios insanáveis;
 - 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados exclusivamente via sistema www.compras.gov.br.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *03 (três)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.laje.ba.gov.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.3 Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.4 Modelo de Proposta de Preços

Laje, 13 de maio de 2026.

LUZINETE RIBEIRO DOS SANTOS MOTA

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo nº423/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto presente termo de referência autorização para abertura de processo licitatório para aquisição material de limpeza, durante o período de 12(doze) meses para suprir as necessidades das diversas secretarias do município de laje, estado da Bahia.

Item	CatMat	Descrição	Qtd	UnMed	Preço Uni. Est.	Preço Total Est.
1	447937	447937 - ÁCIDO MURIÁTICO (ÁCIDO CLORÍDRICO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO PESO MOLECULAR: 37,47 G/MOL FÓRMULA QUÍMICA: DCL (DEUTERADO) GRAU DE PUREZA: PUREZA ISOTÓPICA MÍNIMA DE 99% EM DEUTÉRIO NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7698-05-7)	195	Litro	R\$7,65	R\$1.491,75
2	481012	481012 - ÀLCOOL 70% (ÀLCOOL LÍQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 70º INMP. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1L)	3135	Litro	R\$5,98	R\$18.747,30
3	444849	444849 - ALCOOL 96, 1L (ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO FÓRMULA QUÍMICA: C2H6O PESO MOLECULAR: 46,07 G/MOL GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 96% NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 64-17-5)	885	Litro	R\$6,62	R\$5.858,70
4	481012	481012 - ALCOOL EM 70º 500ML (481012 - ALCOOL EM 70º FRASCO 500 ML TIPO: ETÍLICO APLICAÇÃO: LIMPEZA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO CONCENTRAÇÃO: 70%)	920	Unidade	R\$6,25	R\$5.750,00
5	380018	380018 - ALCOOL EM GEL 70% (380018 - ALCOOL EM GEL 70% (ÀLCOOL EM GEL 70% ANTISÉPTICO FRASCO 500 ML PARA HIGIENIZAÇÃO ROTINEIRA DAS MÃOS. SEM ENXAGUE))	2000	Unidade	R\$5,41	R\$10.820,00
6	624677	624677 - ALVEJANTE 1L (ALVEJANTE (EMBALAGEM DE 1 LT. EM MATERIAL RESISTENTE E TAMPA DE PERFEITA VEDAÇÃO, COMPOSIÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, E ÁGUA, COMPONENTE ATIVO NA OCI E TEOR DE CLORO ATIVO 2% A 2,5%.) –)	3325	Caixa	R\$20,54	R\$68.295,50
7	443451	443451 - BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 30 L (443451 - BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 30 L (BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 30 L, CLIPE DE FIXAÇÃO PARA HASTE, SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA, DIVISÓRIA DE ÁGUA LIMPA E SUJA INJETADA NO PRÓPRIO. RODÍZIOS PROJETADOS PARA FÁCIL MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PODE USAR MOP PLANO/VERTICAL.))	6	Unidade	R\$644,64	R\$3.867,84
8	419111	419111 - BALDE PLÁSTICO 20 L (419111 - BALDE PLÁSTICO 20 L (PLÁSTICO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, PAREDES E FUNDO REFORÇADOS, CAPACIDADE DE 20 LITROS, ALÇA EM AÇO ZINCADO EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE))	60	Unidade	R\$13,23	R\$793,80

9	278322	278322 - BALDE PLÁSTICO C/ TAMPA 100L (278322 - BALDE PLÁSTICO C/ TAMPA 100L (BALDE PLÁSTICO C/ TAMPA (MATERIAL EM POLIPROPILENO RESISTENTE; DIÂMETRO 52CM, E ALTURA DE 70CM; CAPACIDADE P/ 100 LTS.)))	60	Unidade	R\$67,33	R\$4.039,80
10	457804	457804 - BOM AR SPRAY (457804 - BOM AR SPRAY (BOM AR SPRAY, DIVERSOS AROMAS, APRESENTAÇÃO: 360 ML - CX C/ 12 UND))	435	Caixa	R\$108,54	R\$47.214,90
11	272254	272254 - BORRIFADOR PLÁSTICO 500ML (272254 - BORRIFADOR PLÁSTICO 500ML (INDICADO PARA USO GERAL. GARRAFA TRANSPARENTE OU BRANCA. ACOMPANHA O GATILHO. CAPACIDADE: 500ML. ALTURA DO FRASCO SEM O GATILHO: 140MM. DIÂMETRO DO FRASCO: 70MM. DIÂMETRO DA BOCA: 28MM. COMPRIMENTO DO PESCANTE (MANGUEIRA INTERNA): 172MM. DIÂMETRO EXTERNO DO PESCANTE 3,8MM).	200	Unidade	R\$7,06	R\$1.412,00
12	351157	351157 - CERA LÍQUIDA INCOLOR 750 ML (351157 - CERA LÍQUIDA INCOLOR 750 ML (COMPOSIÇÃO - INGREDIENTE ATIVO: DISPERSÃO, ESTIRENO ACRÍLICA METALIZADA, SOLUÇÃO DE RESINA FUMÁRICA. COMPOSIÇÃO: EMULSÃO DE POLIETILENO, SOLVENTE PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, 5-CLORO-2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA, ATENUADOR DE ESPUMA, FRAGRÂNCIA E ÁGUA.	27	Caixa	R\$67,93	R\$1.834,11
13	293179	293179 - CERA LÍQUIDA VERMELHA 750 ML (293179 - CERA LÍQUIDA VERMELHA. APRESENTAÇÃO: 750 ML - CX C/ 12 UND TIPO: LÍQUIDA COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE POLIMENTO, ÓLEO VEGETAL HIDROGENA- CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO C/ ALÇA, TAMPA DOSADORA, VAL. MIN. 18 MESES APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS)	5	Caixa	R\$68,28	R\$341,40
14	431304	431304 - CLORO LIQUIDO DE 1 LT. (431304 - CLORO LIQUIDO DE 1 LT. (CLORO LIQUIDO EMBALAGEM PLASTICA DE 1 LT.	1130	Unidade	R\$2,45	R\$2.768,50
15	456546	456546 - DESINFETANTE 2L (DESINFETANTE C/ PROPRIEDADE GERMICIDA/BACTERICIDA P/ USO GERAL, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE, EMBALAGEM DE 2000ML., TAMPA DE PERFEITA VEDAÇÃO, E AMÔNIO ATIVO À 0,925%.	830	Caixa	R\$32,40	R\$26.892,00
16	420084	420084 - DESINFETANTE LÍQUIDO 500ML, (-DESINFETANTE LIQUIDO 500 ML USO GERAL, CONCENTRADO, PERFUMADO, GERMICIDA, FRAGRANCIA DIVERSAS, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSVEL TECNICO, ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ ANVISA.	1045	Caixa	R\$23,19	R\$24.233,55
17	449798	449798 - DETERGENTE LÍQUIDO (EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM COM 500ML)	1215	Caixa	R\$75,04	R\$91.173,60

18	440838	440838 - DETERGENTE LÍQUIDO CX C/12 (440838 - DETERGENTE LÍQUIDO APRESENTAÇÃO: 500 ML - CX C/12 UND (DETERGENTE, LAVA LOUCA, LÍQUIDO, CONCENTRADO, BIODEGRADÁVEL, COM NO MÍNIMO 11% (ONZE POR CENTO) DO PRINCÍPIO ATIVO BÁSICO DO DETERGENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA. AS SEGUINTE INFORMACOES DEVERAO SER IMPRESSAS PELO FABRICANTE, DIRETAMENTE NA EMBALAGEM EM QUE O PRODUTO ESTA ACONDICIONADO OU ROTULO IMPRESSO COLADO NA MESMA: NOME/CNPJ DO FABRICANTE, MARCA DO PRODUTO, ENDEREÇO, QUANTIDADE, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO OU LOTE, PRAZO/DATA DE VALIDADE, BEM COMO SOBRE OS RISCOS QUE APRESENTAM A SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES, NORMAS VIGENTES E REGISTROS NOS ORGÃOS COMPETENTES. NA DATA DA ENTREGA, O PRAZO DE VALIDADE INDICADO PARA O PRODUTO, NÃO DEVERA TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE COMO REFERÊNCIA, A DATA DE FABRICAÇÃO OU LOTE IMPRESSO NA EMBALAGEM.))	400	Caixa	R\$24,94	R\$9.976,00
19	404651	404651 - DISPENSER PORTA SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL GEL DE PAREDE (DISPENSER PORTA SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL GEL DE PAREDE, PLÁSTICO, ACRILONITRILÓ BUTADIENO ESTIRENO, 20 X 27 X 20 CM; 890 G)	250	Unidade	R\$27,82	R\$6.955,00
20	331870	331870 - ESCOVA SANITÁRIA P/ LIMPEZA (331870 - ESCOVA SANITÁRIA P/ LIMPEZA (ESCOVA SANITÁRIA P/ LIMPEZA C/ SUPORTE (BASE REDONDA EM POLIPROPILENO BRANCO E RESISTENTE).))	695	Unidade	R\$3,47	R\$2.411,65
21	314565	314565 - ESPANADOR DE POEIRA (314565 - ESPANADOR DE POEIRA (ESPANADOR DE POEIRA CONFECCIONADO EM MICROFIBRA, COM CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 40CM EM POLIPROPILENO, LEVE E RESISTENTE)	48	Unidade	R\$4,79	R\$229,92
22	241725	241725 - ESPONJA DE AÇO PCT C/ 08 UNIDADES (LA DE AÇO CARBONO ABRASIVO, PARA LIMPEZA EM GERAL EMBALAGEM: EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE)	620	Pacote	R\$1,70	R\$1.054,00
23	241744	241744 - ESPONJA DE LÃ AÇO FINA (ESPONJA DE LÃ AÇO FINA, PACOTE CONTENDO 8 UNIDADES, COM PESO LÍQUIDO APROXIMADO DE 44GR., C/ COMPOSIÇÃO EM AÇO CARBONO, UTILIZADO PARA LIMPAR E DAR BILHO EM UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS COMO: TALHERES, FOGÕES E PANEIS, ALÉM DE BANHEIROS, VIDROS E OUTROS.	545	Unidade	R\$1,67	R\$910,15
24	318923	318923 - ESPONJA MULTIUSO, DUPLA FACE (318923 - ESPONJA MULTIUSO, DUPLA FACE (ESPONJA MULTIUSO, DUPLA FACE (LADO VERDE EM RESINA SINTÉTICA E LADO AMARELO EM ESPUMA DE POLIURETANO), DIMENSÕES APROXIMADAS DE 100MM X 75MM X 20MM.	2770	Unidade	R\$0,65	R\$1.800,50

25	352393	352393 - ESPONJA SINTÉTICA BUCHA DUPLA FACE (352393 - ESPONJA SINTÉTICA BUCHA DUPLA FACE (DUPLA FACE, UM LADO EM ESPUMA POLIURETANO E OUTRO EM FIBRA SINTÉTICA ABRASIVA, DIMENSÕES 100 X 70 X 20 MM, COM VARIAÇÃO DE +/- 10 MM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE)	145	Unidade	R\$0,64	R\$92,80
26	319163	319163 - FLANELA (319163 - FLANELA (100% ALGODÃO, PARA USO GERAL, DIMENSÕES DE 40 X 30 CM))	1750	Unidade	R\$1,29	R\$2.257,50
27	241343	241343 - FÓSFORO DE COZINHA (FÓSFORO DE COZINHA, COMPOSIÇÃO: FÓSFORO, CLORATO DE POTÁSSIO E AGLUTINANTES, CORPO EM MADEIRA LONGO E FINO, E LIXA NA LATERAL, FABRICADO SEGUNDO AS NORMAS DO INMETRO. (PCT. C/ 10 UNID.))	642	Caixa	R\$32,30	R\$20.736,60
28	243002	243002 - GUARDANAPO 22X23CM PCT C/ 50 UND (GUARDANAPO DE PAPEL, NA COR BRANCA, FOLHA DUPLA, C/ DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22 X 23CM E TEXTURA MACIA. (PCT. C/ 50 UNID.	1012	Pacote	R\$1,55	R\$1.568,60
29	231464	231464 - GUARDANAPO DESCARTÁVEL P/ MESA (CONFECCIONADO EM PAPEL ABSORVENTE EM FOLHA SIMPLES; MEDINDO 33 X 30 CENTÍMETROS COM 50 UNIDADES. EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS.)	2212	Pacote	R\$2,78	R\$6.149,36
30	462542	462542 - INSETICIDA 300ML AEROSOL (462542 - INSETICIDA 300ML AEROSOL (INSETICIDA PIETROIDE, DE 300ML AEROSOL)	600	Unidade	R\$7,46	R\$4.476,00
31	249813	249813 - LIMPA FORNO (LIMPA FORNO COMPOSIÇÃO: NONIFENOL ETOXILADO, POLIÁLCOOL, HIDRÓXIDO SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO COM DILUIDOR AUTOMÁTICO INDIVIDUAL E I APLICAÇÃO: REMOÇÃO CROSTA PESADA DE GORDURAS EM FOGÃO E FORNO TEOR ACIDEZ: 12,5 A 13,5 PH VISCOSIDADE: 17% ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO TRANSLÚCIDO AMARELO)	142	Unidade	R\$8,71	R\$1.236,82
32	300935	300935 - LIMPA VIDRO 500 ML (300935 - LIMPA VIDRO 500 ML (INGREDIENTES ATIVOS: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SOLVENTE, COADJUVANTES, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. APRESENTAÇÃO: PULVERIZADOR 500ML)	185	Unidade	R\$5,93	R\$1.097,05
33	372469	372469 - LIMPA VIDRO C/ ÁLCOOL 500ML (372469 - LIMPA VIDRO C/ ÁLCOOL 500ML (LIMPA VIDRO C/ ÁLCOOL, EMBALAGEM RESISTENTE E DE PERFEITA VEDAÇÃO CONTENDO 500ML, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, ÁLCOOL, ÉTER GLICÓLICO, HIDRÓXIDO DE AMÔNIO, CORANTE, PERFUME E ÁGUA; INDICADO P/ LIMPEZA DE VIDROS, VITRINES, ESPELHOS, TELAS DE TV, PÁRA-BRISAS E ACRÍLICOS LIMPOS E BRILHANTES.)	200	Unidade	R\$3,14	R\$628,00
34	626302	626302 - LIMPADOR TRADICIONAL 500ML (626302 - LIMPADOR TRADICIONAL 500ML (LIMPADOR DE USO GERALL, ORIGINAL, COM A COMPOSIÇÃO: ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ÁLCOOL ETOXILADO,	1052	Unidade	R\$3,49	R\$3.671,48

		COADJUVANTES, SEQUESTANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. IDEAL PARA: PIAS COZINHA, GELEDEIRAS, FOGÕES, MÁQUINAS DE LAVAR, PIAS BANHEIRO. SUPERFÍCIES: AZULEJOS, ESMALTADOS, FÓRMICA, PAREDES, VIDRO, INOX, CERÂMICA, ESPELHO, PLÁSTICOS, ACRÍLICOS, METAIS, LADRILHOS, PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS.) SUPERFÍCIES: AZULEJOS, ESMALTADOS, FÓRMICA, PAREDES, VIDRO, INOX, CERÂMICA, ESPELHO, PLÁSTICOS, ACRÍLICOS, METAIS, LADRILHOS, PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. SUPERFÍCIES: AZULEJOS, ESMALTADOS, FÓRMICA, PAREDES, VIDRO, INOX, CERÂMICA, ESPELHO, PLÁSTICOS, ACRÍLICOS, METAIS, LADRILHOS, PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS)				
35	316741	316741 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMP A E PEDAL 20L (316741 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMP A E PEDAL 20L (LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMP A E PEDAL, CAPACIDADE APROXIMADA P/ 20 LT. NA COR BRANCA.	230	Unidade	R\$62,87	R\$14.460,10
36	350666	350666 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMP A E PEDAL 50L (350666 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMP A E PEDAL 50L (LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMP A E PEDAL, CAPACIDADE APROXIMADA P/ 50 LT. NA COR BRANCA.	30	Unidade	R\$119,22	R\$3.576,60
37	299646	299646 - LUSTRA MÓVEIS 200 ML (299646 - LUSTRA MÓVEIS 200 ML (PREPARADO À BASE DE PARAFINA, SOLVENTES, ÓLEO DE SILICONE, EMULSIONANTES, ESPESSANTE, CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. CONTEÚDO: 200ML.)	135	Unidade	R\$6,03	R\$814,05
38	208956	208956 - LUVA LIMPEZA TAM G (208956 - LUVA LIMPEZA TAM G (COMPOSIÇÃO: BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, COM PAR REVESTIMENTO INTERNO, REFORÇADA, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 13393 EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMPRIMENTO 27CM.)	1045	Pares	R\$3,29	R\$3.438,05
39	208988	208988 - LUVA P/ LIMPEZA M (208988 - LUVA P/ LIMPEZA M (COMPOSIÇÃO: BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, COM PAR REVESTIMENTO INTERNO, REFORÇADA, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 13393 EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMPRIMENTO 27CM.)	1345	Pares	R\$3,23	R\$4.344,35
40	311490	311490 - MANGUEIRA DE 30 MTS (311490 - MANGUEIRA DE 30 MTS (MANGUEIRA FLEXÍVEL E DE FÁCIL MANUSEIO.POSSUI 30 METROS DE COMPRIMENTO. POSSUI 2 CAMADAS EM PVC. ACOMPANHA 01 ESGUICHO COM JATO REGULÁVEL E 01 ADAPTADOR COM ENGATE ROSQUEADO. O ESGUICHO POSSUI PRÁTICO SISTEMA DE REGULAGEM DO FLUXO D'ÁGUA ATRAVÉS DO REGULADOR FRONTAL. O ESGUICHO É CONECTADO NA MANGUEIRA ATRAVÉS DE SISTEMA DE FIXAÇÃO ROSQUEADO.)	92	Unidade	R\$182,98	R\$16.834,16

41	338156	338156 - PÁ DE LIXO (338156 - PÁ DE LIXO (PÁ DE LIXO, CABO EM MADEIRA C/ MÍNIMO DE 60 CM METÁLICA QUADRADA.))	295	Unidade	R\$7,70	R\$2.271,50
42	627610	627610 - PÁ P/ LIXO PLÁSTICA (627610 - PÁ P/ LIXO PLÁSTICA (PÁ P/ LIXO PLÁSTICA, C/ CABO LONGO E CORPO EM POLIPROPILENO RESISTENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DO CABO 75,5CM E DA PÁ 23CM DE COMPRIMENTO X LARGURA 19CM X ALTURA 9CM.	395	Unidade	R\$6,65	R\$2.626,75
43	342596	342596 - PÁ PARA LIXO, CABO LONGO (342596 - PÁ PARA LIXO, CABO LONGO (DIMENSÕES SEM CABO 26 X 25 X 8,5CM, DIMENSÕES DO CABO, 90 X 2,1 X 2,1CM.))	30	Unidade	R\$6,66	R\$199,80
44	449786	449786 - PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, ALVEJADO (449786 - PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, ALVEJADO (PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, TIPO SACO EM OVERLOCK.))	1955	Unidade	R\$2,67	R\$5.219,85
45	352424	352424 - PANO DE CHÃO ALVEJADO, 41 X 68CM (352424 - PANO DE CHÃO ALVEJADO, 41 X 68CM (PANO DE CHÃO ALVEJADO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41 X 68CM, 100% ALGODÃO.))	1370	Unidade	R\$2,66	R\$3.644,20
46	228893	228893 - PANO DE PRATO ALVEJADO (228893 - PANO DE PRATO ALVEJADO (PANO DE PRATO ALVEJADO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 66 X 40 CM, 100% ALGODÃO.	1650	Unidade	R\$2,29	R\$3.778,50
47	221390	221390 - PAPEL ALUMÍNIO (221390 - PAPEL ALUMÍNIO (PAPEL ALUMÍNIO (ROLO DE 30CM X 7,5 METROS)	330	Unidade	R\$3,86	R\$1.273,80
48	333535	333535 - PAPEL FILME EM ROLO INDUSTRIAL DE 800 METROS. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLA (333535 - PAPEL FILME EM ROLO INDUSTRIAL DE 800 METROS. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLA (UND))	64	Unidade	R\$91,27	R\$5.841,28
49	232826	232826 - PAPEL FILME PLÁSTICO EM PVC ROLO (232826 - PAPEL FILME PLÁSTICO EM PVC ROLO (PAPEL FILME PLÁSTICO EM PVC ROLO COM 30MX28CM)	101	Rolo	R\$5,46	R\$551,46
50	301139	301139 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 30MX10CM (PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, NEUTRO, 100% CELULOSE, FOLHA DUPLA, FABRICADO C/ MATERIAL NÃO RECICLADO, TEXTURA MACIA E DELICADA (PCT C/ 04 RL. DE 30M X 10CM)	1655	Fardo	R\$86,45	R\$143.074,75
51	227862	227862 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 60MX10CM (PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, NEUTRO, TIPO LUXO, FOLHA DUPLA, FABRICADO C/ MATERIAL NÃO RECICLADO, TEXTURA MACIA E DELICADA (PCT C/ 04 RL. DE 60M X 10CM)	1430	Fardo	R\$136,80	R\$195.624,00
52	626871	626871 - PAPEL PLÁSTICO FILME EM ROLO INDUSTRIAL DE 1000 METROS (MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA COMPRIMENTO: 1000 M LARGURA: 38 CM APRESENTAÇÃO: ROLO APLICAÇÃO: EMBALAR E ACONDICIONAR ALIMENTOS ESPESSURA: 9 MICRA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PVC ESTICÁVEL)	16	Unidade	R\$125,13	R\$2.002,08
53	416699	416699 - PAPEL TOALHA BRANCO ROLO (PAPEL TOALHA BRANCO DE BOA QUALIDADE, FOLHAS DUPLAS, MÁXIMA ABSORÇÃO, EMBALAGEM COM 2 ROLOS, ROLO C/ 50 TOLHAS DE 20 X 21,5CM, MACIA E SENSÍVEL, NEUTRA. (FD. C/ 12 PCT C/ 02 RL. CADA)	177	Fardo	R\$51,98	R\$9.200,46
54	346297	346297 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO (346297 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO (PAPEL TOALHA INTERFOLHADO FOLHA SIMPLES COM 1.000 FOLHAS. DIMENSÕES C X L X A 32 X 20.5 X 11CENTÍMETROS, PESO 1.05 GRAMAS.))	4925	Unidade	R\$11,96	R\$58.903,00

55	357378	357378 - PASTA PARA LIMPEZA ALUMÍNIO 500g (357378 - PASTA PARA LIMPEZA ALUMÍNIO 500G (EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE)	145	Unidade	R\$6,26	R\$907,70
56	484680	484680 - PEDRA SANITÁRIA (PEDRA SANITÁRIA P/ BANHEIRO, C/ SUPORTE PLÁSTICO, CONTEÚDO DE 40GR., C/ COMPOSIÇÃO A BASE DE PARADICLOROBENZENO E CORANTE, C/ FRAGRÂNCIA DE LAVANDA, PINHO E FLORAL.	260	Caixa	R\$43,92	R\$11.419,20
57	605353	605353 - PEGA RATO ADESIVO (PEGA RATO (RATOEIRA ADESIVA COLA VISGO PARA INSETOS CX COM 20 UNIDADES)	140	Unidade	R\$52,62	R\$7.366,80
58	317367	317367 - PINHO GEL (LIMPADOR GEL, PINHO GEL, DETERGENTE LEVEMENTE ALCALINO, COM AGRAVÁVEL ODOR DE PINHO, DESENVOLVIDO PARA LIMPAR E ODORIZAR PISOS OU OUTRAS SUPERFÍCIES RESISTENTES À ÁGUA, 1L, DE BOA QUALIDADE. BOA QUALIDADE, CX C/ 12	398	Caixa	R\$52,13	R\$20.747,74
59	630614	630614 - PORTA PAPEL TOALHA PLÁSTICO PAREDE (DIMENSÕES: LARGURA: 24,5CM/ ALTURA: 14,7CM/ PROFUNDIDADE: 15CM. MATERIAL PLÁSTICO.	100	Unidade	R\$33,47	R\$3.347,00
60	446184	446184 - RODO C/ CABO DE 1,40 MT, com 40 cm largura (446184 - RODO C/ CABO DE 1,40 MT, COM 40 CM LARGURA (RODO (C/ CABO DE 1,40 MT., CORPO FABRICADO EM POLIPROPILENO RESISTENTE E LÂMINA DUPLA DE BORRACHA RESISTENTE)	805	Unidade	R\$6,22	R\$5.007,10
61	626109	626109 - RODO C/ CABO MADEIRA, C/ 01 BOR. 40CM (RODO COM CABO DE MADEIRA, EXTREMIDADE ENVOLVENTE ZINCADA, COM 01 BORRACHA DE 40CM.)	300	Unidade	R\$16,73	R\$5.019,00
62	455249	455249 - RODO DE BORRACHA P/LIMPEZA 30CM (455249 - RODO DE BORRACHA P/LIMPEZA 30CM)	90	Unidade	R\$5,57	R\$501,30
63	228863	228863 - RODO PLÁSTICO C/ CABO 32CM (228863 - RODO PLÁSTICO C/ CABO 32CM (RODO PLÁSTICO C/ CABO 32CM	110	Unidade	R\$5,26	R\$578,60
64	298406	298406 - SABÃO EM BARRA 200GR (SABÃO EM BARRA NEUTRO E GLICERINADO, PESANDO 200 GR.	277	Caixa	R\$8,57	R\$2.373,89
65	226631	226631 - SABÃO EM BARRA 90GR (226631 - SABÃO EM BARRA 90GR (SABÃO EM BARRA 90GR)	280	Unidade	R\$2,31	R\$646,80
66	419551	419551 - SABÃO EM PÓ COMUM (SABÃO EM PÓ COMUM, C/ TENSOATIVO, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO, ENZIMAS, TAMPONANTES, CARGA, CORANTE, PERFUME, SILICONE E ÁGUA, EMBALAGEM EM CAIXA OU PACOTE DE 500 GRAMAS PCT 24 UND)	10700	Unidade	R\$1,97	R\$21.079,00
67	339700	339700 - SABONETE LÍQUIDO CREMOSO (339700 - SABONETE LÍQUIDO CREMOSO (SABONETE LÍQUIDO CREMOSO, PEROLIZADO E COM AROMA DELICADO DE ERVA-DOCE; PRÓPRIO PARA SABONETEIRAS, QUE NÃO UTILIZAM REFIL, E NECESSITAM REPOSIÇÃO MANUAL; C/ FORMULAÇÃO QUE POSSUI SUBSTÂNCIAS COSMÉTICAS COM PH SIMILAR AO DA PELE P/ NÃO PROVOCAR IRRITAÇÕES; C/ REGISTRO NA ANVISA.))	250	Unidade	R\$17,86	R\$4.465,00
68	604234	604234 - SABONETE LIQUIDO GLICERINADO (SABONETE LIQUIDO GLICERINADO, BAIXA IRRITAÇÃO DÉRMICA, INDICADO PARA LAVAGEM DAS MÃOS, FRASCOS COM NO MÍNIMO DE 500 ML)	400	Caixa	R\$60,36	R\$24.144,00

69	301133	301133 - SABONETE PERFUMADO 90GR (SABONETE PERFUMADO 90GR, COMPOSIÇÃO: SAIS SÓDICOS DE ÁCIDO GRAXOS, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA, CLORETO DE SÓDIO, FORMALDEÍDO, DISTIRLBIFENIL DISSULFANATO ETRASSOD, EDETATO ETRASSODICO, ETIDRONATO ETRASSODICO, CERAMIDAS, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E CORANTE CI 77891, CI 74160, CI 15510; E PERFUME SUAVE DE AVEIA E TRIGO. (PCT. C/ 12 UNID.))	981	Pacote	R\$21,52	R\$21.111,12
70	632002	632002 - SACO DE LIXO 100 L PCT C/ 100 UND (SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100L (PCT C/ 100))	1001	Pacote	R\$25,19	R\$25.215,19
71	430572	430572 - SACO DE LIXO 15 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO 15 LT PACOTE COM 100 UNIDADES)	830	Pacote	R\$4,91	R\$4.075,30
72	626244	626244 - SACO DE LIXO 20 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO C/ CAPACIDADE DE 20 LITROS MEDINDO 50X53 CM, COM ESPESSURA DE 0,004 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.)	500	Pacote	R\$6,10	R\$3.050,00
73	635629	635629 - SACO DE LIXO 30 LT PCT C/ 10 UND (SACO PARA LIXO CAPACIDADE PARA 30L, COM 10UN, TAMANHO DE 59X62CM.)	890	Pacote	R\$2,17	R\$1.931,30
74	226093	226093 - SACO DE LIXO 50 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO C/ CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO 60X60 CM, COM ESPESSURA DE 0,004 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.)	965	Pacote	R\$18,94	R\$18.277,10
75	626245	626245 - SACO DE LIXO 60 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO COM CAPACIDADE DE 60 LITROS, MEDINDO 58X76 CM, COM ESPESSURA DE 0,004 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.)	860	Pacote	R\$16,50	R\$14.190,00
76	460056	460056 - SACO PLÁSTICO EM BOBINA CAP. 10 KG (BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADO.OS SACOS SUPTAM APROXIMADAMENTE 10KG. BOBINA COM 500 UNIDADES. MEDIDA DOS SACOS: 35CM X 50CM)	610	Bobina	R\$34,47	R\$21.026,70
77	297513	297513 - TAPETE CAPACHO RETANGULAR 60X30 (TAPETE CAPACHO RETANGULAR, MÍNIMO DE 60 CM DE COMPRIMENTO POR 30 CM DE LARGURA EM PIAÇAUA.)	30	Unidade	R\$48,29	R\$1.448,70
78	370049	370049 - TAPETE DE CHÃO - antiaderente 60x40cm	170	Unidade	R\$45,97	R\$7.814,90
79	629187	629187 - TAPETE P/ PORTA 45X65X33 (TAPETE P/ PORTA SUPERFÍCIE NAILON 100% POLIAMIDA, BASE LATEX ANTIDERRAPATE, DIMENSÕES 45 X 65, ESPESSURA 33MM)	172	Unidade	R\$48,15	R\$8.281,80
80	228893	228893 - TOALHA DE PRATO (228893 - TOALHA DE PRATO (TOALHA DE PRATO PARA COZINHA, RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 95% ALGODÃO, EM CORES CLARAS, MEDINDO 40X66CM.)	990	Unidade	R\$3,68	R\$3.643,20
81	428622	428622 - TOUCA DESCARTÁVEL, PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (TOUCA DESCARTÁVEL, PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS)	9390	Unidade	R\$0,17	R\$1.596,30
82	624584	624584 - VASCUHADOR (VASCUHADOR, - VASSOURA LIMPA TETO AJUSTÁVEL C/CABOS COMPRIMENTO 2,50 MT)	102	Unidade	R\$39,83	R\$4.062,66
83	446269	446269 - VASSOURA DE CABELO (446269 - VASSOURA DE CABELO (CABO EM MADEIRA, BASE RETANGULAR, LARGURA MÍNIMA 250 MM))	835	Unidade	R\$8,38	R\$6.997,30
84	450643	450643 - VASSOURA DE PIAÇAUA (CERDAS EM PIAÇAUA, BASE RETANGULAR EM MADEIRA LARGURA 220 MM, COM 22 FUROS, CABO EM MADEIRA COMPRIMENTO 1100 MM, VARIAÇÃO DIMENSIONAL DE +/- 5%)	1090	Unidade	R\$8,13	R\$8.861,70
85	450643	450643 - VASSOURA DE PIAÇAUA SINTÉTICA (VASSOURA DE PIAÇAUA SINTÉTICA TAM. M, FORMATO RETANGULAR, C/ CORPO E CABO EM MADEIRA.)	675	Unidade	R\$8,40	R\$5.670,00

86	355565	355565 - VASSOURA PEQUENA PARA LIMPAR BANHEIRO (ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM ESTOJO PLÁSTICO EM FORMA CILÍNDRICA EM HASTE PLÁSTICA PREENCHIDA. NA CABEÇA, COM 63 MM DE COMPRIMENTO, COM FIO SINTÉTICO FORMANDO DIÂMETRO DE 82MM E CONJUNTO TOTAL DE 350MM DE COMPRIMENTO. COR: BRANCO)	320	Unidade	R\$8,12	R\$2.598,40
87	224832	224832 - ACIDULANTE (TIPO: LÍQUIDO PH: 3,0 A 5,0 FUNÇÃO: NEUTRALIZADOR RESÍDUO ALCALINO E ALVEJANTE QUÍMICO APLICAÇÃO: LAVANDERIA HOSPITALAR EMBALAGEM: 50L)	15	Unidade	R\$476,00	R\$7.140,00
88	380018	380018 - ALCOOL GEL 70% (REFIL (ÁLCOOL ETÍLICO - ÁLCOOL ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70% V/V, COMPOSIÇÃO BÁSICA COM EMOLIENTE, FORMAFARMACÊUTICA GEL EMBALAGEM: 800ML)	400	Unidade	R\$12,57	R\$5.028,00
89	433126	433126 - BOTA HIGIENIZAÇÃO (MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA MATERIAL SOLA: PVC - CLORETO DE POLIVINILA COR: BRANCA TIPO CANO: LONGO TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS)	30	Pares	R\$49,62	R\$1.488,60
90	607579	607579 - DESINFETANTE GELATINOSO COM ALTO PODER BACTERICIDA. (COMPOSIÇÃO: POLIETILENONILFENILETER PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO TEOR ATIVO: 50 MG/ML + 300 MG/ML FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO CONCENTRADA EMBALAGEM: 1L)	300	Litro	R\$45,11	R\$13.533,00
91	610861	610861 - LIXEIRA 100 L (MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE CAPACIDADE: 100 L TIPO: COM TAMPA E PEDAL ACOPLADOS COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO MATERIAL: BORRACHA NITRÍLICA TAMANHO: MÉDIO COR: AZUL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANTIDERRAPANTE NAS DIGITAIS, COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL TIPO: NÃO ESTÉRIL, ANTIALÉRGICA TIPO PROTEÇÃO: PRODUTOS QUÍMICOS)	80	Unidade	R\$244,61	R\$19.568,80
92	425748	425748 - PANO LIMPEZA (MATERIAL: 100% ALGODÃO COMPRIMENTO: 70 CM LARGURA: 40 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVADO, ALVEJADO, BAINHA)	100	Unidade	R\$3,38	R\$338,00
93	473431	473431 - 473431 - DESINFETANTE HOSPITALAR (473431 - DESINFETANTE HOSPITALAR (COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA EMBALAGEM: 5L))	1250	Unidade	R\$78,65	R\$98.312,50
94	227068	227068 - ALVEJANTE TECIDO (COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO SÓDIO/CLORETO SÓDIO/CARBONATO SÓDIO/ TEOR CLORO ATIVO: 10,05 A 11,05 PER APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, PRAZO VALIDADE: 6 MESES 5 LITROS)	400	Litro	R\$9,11	R\$3.644,00
95	308367	308367 - ALVEJANTE TECIDO (COMPOSIÇÃO: PERBORATO DE SÓDIO EM PÓ, ALCALINIZANTE APLICAÇÃO: LAVANDERIA HOSPITALAR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL EMBALAGEM: 20KG)	50	Unidade	R\$247,25	R\$12.362,50
96	265537	265537 - AMACIANTE DE ROUPA (ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO NÃO IÔNICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, APLICAÇÃO: AMACIANTE ARTIGOS TÊXTEIS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO CONCENTRADO, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA, EMBALAGEM: 50L)	50	Unidade	R\$419,90	R\$20.995,00
97	325396	325396 - BALDE EM PLÁSTICO, COM ALÇA, (MATERIAL: PLASTICO CAPACIDADE: 20 L	50	Unidade	R\$16,61	R\$830,50

		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRADUADO, COM ALÇA)				
98	383305	383305 - CARRO COLETOR LIXO - (383305 - CARRO COLETOR LIXO (CARRO COLETOR LIXO - CARRO COLETOR LIXO, CARRO COM RODA PARA COLETA DE LIXO - CONTAINER PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS, COM SIMBOLOGIA DE RESÍDUO INFECTANTE CONFORME NBR 7500 DA ABNT. CAPACIDADE: 120 LITROS. COMPOSIÇÃO: MATERIAL RÍGIDO, POLIETILENO OU POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL, CANTOS E BORDAS ARREDONDADAS, TAMPA ARTICULADA ANTIRRUÍDOS, ALÇA PARA APOIO DAS MÃOS DURANTE O TRANSPORTE, RODAS GIRATÓRIAS COM REDUÇÃO DE RUÍDOS, E DRENO NO FUNDO DO CONTANIER. COR BRANCA))	10	Unidade	R\$328,51	R\$3.285,10
99	630559	630559 - DESINFETANTE LIQUIDO A BASE DE PINHO: DE 1ª QUALIDADE, P/ USO GERAL (, AÇÃO BACTERICIDA E GERMICIDA, ESSÊNCIA FLORAL OU EUCALIPTO SUAVE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO, CX C/ 12 UND, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 12 MESES.)	200	Caixa	R\$31,12	R\$6.224,00
100	232373	232373 - DETERGENTE ALCALINO DESENCROSTANTE CONCENTRADO (COMPOSIÇÃO: AGENTE ALCALINO SOLUENTE E DETERGENTE SINTÉTICO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL. AROMA: NEUTRO EMBALAGEM: 5L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL)	25	Litro	R\$78,38	R\$1.959,50
101	390358	390358 - DETERGENTE LIQUIDO PARA TECIDOS LINHA HOSPITALAR. INDICADO PARA UMECTACAO (390358 - DETERGENTE LIQUIDO PARA TECIDOS LINHA HOSPITALAR. INDICADO PARA UMECTACAO (- DETERGENTE LIQUIDO PARA TECIDOS LINHA HOSPITALAR. INDICADO PARA UMECTACAO, PRE-LAVAGEM E LAVAGEM, EFICIENTE NA REMOCAO DE DIVERSAS SUJIDADES. PH 7,0 A 7,5, SOLUVEL EM AGUA, 5 ML POR KG DE ROUPA SECA. EMBALAGEM EM BOMBONA DE 50 LITROS DE ALTA RESISTENCIA, LACRADAS COM NUMERO DE REGISTRO DA ANVISA E DO QUIMICO RESPONSAVEL. VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE FABRICACAO. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA, FISPQ E FICHA TECNICA.))	1000	Litro	R\$13,46	R\$13.460,00
102	437156	437156 - HIPOCLORITO DE SÓDIO (HIPOCLORITO DE SÓDIO - HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO AQUOSA , CONCENTRAÇÃO: ATÉ 2,5% DE CLORO ATIVO GALÃO: 5L)	2000	Galão	R\$14,88	R\$29.760,00
103	617775	617775 - KIT COMPOSTO DE 4 LIXEIRAS SELETIVAS IDENTIFICADAS. CAD (KIT COMPOSTO DE 4 LIXEIRAS SELETIVAS IDENTIFICADAS. CADA LIXEIRA COMPORTA 60 LITROS. SUPORTE DE METÁLICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,75M DE COMPRIMENTO 85CM DE ALTURA.)	15	Unidade	R\$492,11	R\$7.381,65

104	330346	330346 - KIT DE LIMPEZA/CARRINHO PROFISSIONAL Nº 3 AMARELO. KIT PARA A LIMPEZA DE PISOS F (KIT DE LIMPEZA/CARRINHO PROFISSIONAL Nº 3 AMARELO. KIT PARA A LIMPEZA DE PISOS FRIOS EM GERAL E OUTRAS SUPERFÍCIES. CARRO FUNCIONAL QUE TRANSPORTA TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A LIMPEZA. BALDE DOBLO 30 LITROS COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS, UMA PARA SOLUÇÃO LIMPADORA E OUTRA PARA ÁGUA LIMPA, CONJUNTO MOPPO E PA POP. PLACA SINALIZADORA, ITENS INCLUSOS: 01 CARRO FUNCIONAL, 01 BALDE DOBLO 30 LITROS - 2 ÁGUAS, 01 CABO TELESCÓPICO - 1,40 M, 01 GARRA PLÁSTICA, 01 REFIL LOOP COM CINTA 320 G, 01 PLACA SINALIZADORA PISO MOLHADO, 01 PA POP, 01 CONJUNTO MOPPO - 60 CM)	5	Unidade	R\$1.462,62	R\$7.313,10
105	607280	607280 - LIMPADOR PISO DESINFETANTE HOSPITALAR (PARA SUPERFÍCIES FIXAS COMPOSIÇÃO PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO COM BIGUANIDA 5L)	600	Litro	R\$38,38	R\$23.028,00
106	607280	607280 - LIMPADOR PISO DESINFETANTE PARA SUPERFÍCIES FIXAS COMPOSIÇÃO PERÓXIDO DE (HIDROGÊNIO COM BIGUANIDA 5L)	600	Galão	R\$206,68	R\$124.008,00
107	307875	307875 - MOP ÚMIDO (MATERIAL: FIO DE ALGODÃO DE ALTA QUALIDADE TIPO PONTA: DOBRADA APLICAÇÃO: LIMPEZA COR: BRANCA PESO: 300 G COMPRIMENTO: 20 CM LARGURA: 22 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURA REFORÇADA, TIPO ESFREGÃO E LAVÁVEL GRAMATURA: 100 G/M2)	300	Unidade	R\$15,65	R\$4.695,00
108	233648	233648 - PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO FOLHA SIMPLES (8 ROLOS X 300 MTS) - PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO (PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO FOLHA SIMPLES (8 ROLOS X 300 MTS) - PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO FOLHA SIMPLES (8 ROLOS X 300 MTS.)	300	Pacote	R\$41,67	R\$12.501,00
109	458825	458825 - PASTA UMECTANTE 20 KG EMBALAGEM: BALDES EM POLIETILENO 20 KG - PASTA UMECTANTE 2 (PASTA UMECTANTE 20 KG EMBALAGEM: BALDES EM POLIETILENO 20 KG - PASTA UMECTANTE 20 KG EMBALAGEM: BALDES EM POLIETILENO 20 KG, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: TENSOATIVOS, HIDROTOPO, ESPESANTE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, COADJUVANTE, PACIFICANTE E VEÍCULO DESMINERALIZADO PRINCÍPIO ATIVO: ASSOCIAÇÃO DE TENSOATIVOS E AGENTE SOLVENTE.)	15	Unidade	R\$237,00	R\$3.555,00
110	456424	456424 - PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO+ ÁCIDO FOSFÓRICO (4,25%+3,40%) (PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (4,25%), ÁCIDO FOSFÓRICO (3,40%), TENSOATIVOS ANIÔNICOS, TENSOATIVO NÃO IÔNICO SOLVENTE, COADJUVANTE, TAMPONANTE, SEQUESTRANTE E ÁGUA DEIONIZADA. EMBALAGEM 5L)	150	Galão	R\$147,06	R\$22.059,00
111	416506	416506 - PORTA-PAPEL HIGIÊNICO (416506 - PORTA-PAPEL HIGIÊNICO (PORTA-PAPEL HIGIÊNICO - PORTA-PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, LARGURA: 28,5 CM, ALTURA: 26,5 CM, PROFUNDIDADE: 11,5 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA ROLO FOLHA SIMPLES DE 300,500M OU FOLHA DUPLA, INSTALAÇÃO: ANTIFURTO ATRAVÉS BUCHAS EXPANSIVAS, COM CHAVE, COR: BRANCA, CINZA.)	20	Unidade	R\$40,49	R\$809,80
112	234325	234325 - SABÃO PÓ - APLICAÇÃO: PRÉ-LAVAGEM DE ROUPAS HOSPITALARES, (APLICAÇÃO: LAVAR ROUPAS ADITIVOS: ALVEJANTE ODOR: FLORAL ASPECTO FÍSICO: PÓ COMPOSIÇÃO: AGENTE ALVEJANTE,	50	Unidade	R\$228,08	R\$11.404,00

		ESTABILIZANTE, COMPLEXANTE, COAD SACO: 25KG)				
113	627701	627701 - SACO DE LIXO 100 LITROS, PCT C/ 100 UND.	100	Pacote	R\$26,94	R\$2.694,00
114	412492	412492 - SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR - SACO DE LIXO 100 LITROS (CAPACIDADE: 100 L COR: BRANCO LEITOSO LARGURA: 75 CM ALTURA: 105 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE NORMAS TÉCNICAS: CLASSE II - NBR 9191 MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA PACOTE: 100 UNIDADES)	400	Pacote	R\$39,89	R\$15.956,00
115	228205	228205 - SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE - 40 LITROS (SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE - 40 LITROS PACOTE COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE MATERIAL VIRGEM, COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO, LEVA O SÍMBOLO INFECTANTE, OBEDECENDO A NORMA NBR 7500. SEGUEM AS NORMAS 9191 DA - SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE - 40 LITROS PACOTE COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE MATERIAL VIRGEM, COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO, LEVA O SÍMBOLO INFECTANTE, OBEDECENDO A NORMA NBR 7500. SEGUEM AS NORMAS 9191 DA ABNT E A RESOLUÇÃO ANVISA . (REFORÇADO) - MICRA 08)	400	Pacote	R\$31,39	R\$12.556,00
116	418433	418433 - SACO PLÁSTICO LIXO - SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 200 L (SACO PLÁSTICO LIXO - SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 200 L, COR PRETA, LARGURA 90 CM, ALTURA 120 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEÇA ÚNICA. PACOTE COM 100 UNIDADES.)	600	Pacote	R\$53,24	R\$31.944,00
117	481090	481090 - SACO PLÁSTICO LIXO 100L (CAPACIDADE: 100 L COR: PRETA LARGURA: 85 CM PACOTE: 100 UNIDADES)	600	Pacote	R\$33,44	R\$20.064,00
118	470829	470829 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - (SACO PLÁSTICO PARA LIXO - SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE 40 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO ROLO, LARGURA 59 CM, ALTURA 80 CM, RESISTENTE, PACOTE COM NO MINIMO 100 UNIDADES.)	2000	Pacote	R\$25,68	R\$51.360,00
119	431183	431183 - SUPORTE PARA ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO, DO TIPO PAREDE, FIXADOS ATRAVÉS DE (431183 - SUPORTE PARA ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO, DO TIPO PAREDE, FIXADOS ATRAVÉS DE (BUCHAS E PARAFUSOS, NA PAREDE. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACABAMENTO POLIDO, COM CAPACIDADE PARA 01 ROLO DE PAPEL HIGIÊNICO, COM AS DIMENSÕES APROXIMADAMENTE (9,5X16X15)CM=(AXLXP), COM TAMPA AÇO INOX, ACOMPANHA KIT DE FIXAÇÃO.))	60	Unidade	R\$35,20	R\$2.112,00
120	229707	229707 - VASSOURA, REFIL MOP ÚMIDO, 100% ALGODÃO NATURAL, (VASSOURA, REFIL MOP ÚMIDO, 100% ALGODÃO NATURAL, PONTA DOBRADA, AUTOTORÇÃO, ENCAIXE EM MOP, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, AVULSO 1.0 UNIDADE)	200	Unidade	R\$25,48	R\$5.096,00
VALOR TOTAL			R\$1.722.385,77			

O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.722.385,77 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, conforme detalhado no Mapa de Preços e na Planilha de Custos acima.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. A presente contratação observará critérios de sustentabilidade, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas aplicáveis às contratações públicas, considerando que se trata de aquisição de materiais de limpeza de uso contínuo.

5.1.1. Sempre que possível, deverão ser adquiridos produtos que possuam menor impacto ambiental, tais como aqueles biodegradáveis, atóxicos ou com formulações menos agressivas ao meio ambiente, devendo essa característica ser comprovada por meio de especificações técnicas do fabricante, rótulos ou certificações pertinentes.

5.1.2. Deverá ser dada preferência a produtos acondicionados em embalagens recicláveis ou reutilizáveis, bem como àqueles que adotem práticas de redução de resíduos, sendo a comprovação realizada por meio de informações constantes na embalagem ou documentação técnica do produto.

5.1.3. A contratada deverá observar, no fornecimento dos materiais, as normas ambientais vigentes, especialmente quanto à correta destinação de embalagens e resíduos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.2. Ressalta-se que o Município encontra-se em fase de desenvolvimento de seus instrumentos de planejamento sustentável, incluindo o Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável, sendo que a presente contratação já adota, na medida do possível, práticas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Indicação de marcas ou modelos

5.1. Para a presente contratação, não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva, sem direcionamento a fabricante determinado.

5.2. As especificações dos materiais serão descritas com base em características técnicas, padrões de qualidade e desempenho usuais de mercado, garantindo a ampla competitividade entre os licitantes, em observância aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

5.3. Caso haja necessidade de referência a marca exclusivamente como parâmetro de qualidade, esta será utilizada apenas de forma exemplificativa, acompanhada das expressões “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”, devendo o licitante comprovar o atendimento aos requisitos exigidos.

Da exigência de amostra

5.1. Não será exigida a apresentação de amostras para a presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de materiais de limpeza classificados como bens comuns, cujas especificações técnicas são suficientes para garantir a qualidade e o desempenho dos produtos.

5.2. A avaliação das propostas será realizada com base nas descrições técnicas, padrões de qualidade e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo exigido do fornecedor o cumprimento integral das especificações no momento do fornecimento.

5.3. A Administração poderá, no ato do recebimento dos produtos, realizar a verificação de conformidade, recusando aqueles que não atendam às exigências estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Subcontratação

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

5.1 Não será exigida garantia da contratação, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, com fornecimento imediato ou parcelado, sem complexidade técnica relevante e sem riscos significativos que justifiquem a exigência de garantia.

5.2 A não exigência de garantia está em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco da contratação e a necessidade de não restringir a competitividade do certame

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O fornecimento dos materiais de limpeza será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

6.2. O prazo de entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.

6.3. Os produtos deverão ser entregues no(s) local(ais) indicado(s) pela Administração Municipal, dentro do território do Município de Laje/BA, em horário de expediente, sem custos adicionais.

6.4. Todos os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, com validade mínima adequada (quando aplicável) e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.5. A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga dos materiais, bem como por quaisquer danos ocasionados durante a entrega.

6.6. No ato da entrega, os produtos serão submetidos à verificação quanto à conformidade com as especificações exigidas, podendo ser recusados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo, devendo a contratada proceder à substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sem ônus para a Administração.

6.7. O não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.1. Os produtos fornecidos deverão atender às condições de qualidade exigidas, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.2. Considerando a natureza do objeto, não se aplica garantia contratual adicional, manutenção ou assistência técnica, sendo exigido apenas que os produtos sejam entregues em perfeitas condições de uso e consumo.

6.3. Caso sejam constatados vícios, defeitos ou inconformidades nos produtos fornecidos, a contratada deverá realizar a substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sem ônus para a Administração.

6.4. Os produtos deverão possuir, quando aplicável, prazo de validade adequado, não sendo aceitos itens vencidos ou próximos do vencimento.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(ais) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.5 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.10 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.11 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.14 Cabe ao gestor do contrato:

- coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 Multa

- Moratória: de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).
- Compensatória:
 - a) Em caso de inexecução parcial do contrato: até 10% (dez por cento) do valor da parcela não executada;
 - b) Em caso de inexecução total do contrato: até 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

8.4 A aplicação das multas não impede a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.5 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

9.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27. Não será permitida a antecipação de pagamento na presente contratação, considerando a natureza do objeto e a necessidade de garantir a efetiva entrega dos materiais antes da realização de qualquer desembolso por parte da Administração.

9.28. O pagamento será realizado somente após o fornecimento dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO], sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

Forma de fornecimento

10.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item, os critérios de aceitabilidade serão os seguintes:

10.3.1. Valores unitários: deverão estar compatíveis com os preços de mercado, conforme estimativa obtida por meio de pesquisa de preços realizada pela Administração, constante na planilha de composição de preços anexa ao edital.

10.3.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, excessivos ou incompatíveis com os valores estimados pela Administração.

Exigências de habilitação

10.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.9 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.21 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.22 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

a) Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento compatível com o objeto da licitação;

b) Apresentar Alvará/Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente;

c) Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE, emitida pela ANVISA, quando aplicável;

d) Apresentar registro ou notificação dos produtos junto à ANVISA, quando exigido pela legislação sanitária;

Disposições gerais sobre habilitação

10.23 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.24 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.25 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.26 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.27 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12 O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada pelo setor de compras do Município, utilizando fontes oficiais de consulta de preços públicos totalizando um valor de **R\$ 1.722.385,77 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, conforme detalhado no Mapa de Preços e na Planilha de Custos em anexo.

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

2025--> 2.013-->1 20395 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

SECRETARIA DE EDUCACAO

2025--> 2.023-->2 - 20423 - 3.3.90.30.00 - 1540000001

2025--> 2.023-->3 - 20424 - 3.3.90.30.00 - 1550000001

2025--> 2.025-->4 - 20426 - 3.3.90.30.00 - 1540000001

2025--> 2.025-->5 - 20425 - 3.3.90.30.00 - 1550000001

2025--> 2.056-->6 - 20427 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

2025--> 2.107-->7 - 20422 - 3.3.90.30.00 - 1500100100

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2025--> 2.042-->8 - 20559 - 3.3.90.30.00 - 1600000001

2025--> 2.044-->9 - 20560 - 3.3.90.30.00 - 1600000001

2025--> 2.046-->10 - 20561 - 3.3.90.30.00 - 1500100200

2025--> 2.046-->11 - 20562 - 3.3.90.30.00 - 1720000000

2025--> 2.047-->12 - 20563 - 3.3.90.30.00 - 1600000001

SECRETARIA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2025--> 2.040-->13 - 20413 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

2025--> 2.040-->14 - 20414 - 3.3.90.30.00 - 1660000001

2025--> 2.051-->15 - 20421 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

2025--> 2.051-->16 - 20416 - 3.3.90.30.00 - 1660000001

2025--> 2.051-->17 - 20415 - 3.3.90.30.00 - 1669000001

2025--> 2.052-->18 - 20420 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

2025--> 2.052-->19 - 20418 - 3.3.90.30.00 - 1660000001

2025--> 2.052-->20 - 20417 - 3.3.90.30.00 - 1669000001

2025--> 2.053-->21 - 20419 - 3.3.90.30.00 - 1660000001

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E PLANEJAMENTO

2025--> 2.032-->22 - 20396 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

SECRETARIA DE AGRICULTURA

2025--> 2.036-->23 - 20405 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

2025--> 2.036-->24 - 20406 - 3.3.90.30.00 - 1720000000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

2025--> 2.014-->25 - 20407 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

2025--> 2.014-->26 - 20408 - 3.3.90.39.00 - 1500000001

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

2025--> 2.202-->27 - 20404 - 3.3.90.30.00 - 1500000001

14 DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não possuem caráter sigiloso.



Laje/BA, 15 de ABRIL de 2026.

Elaborado:

Isaac Felicíssimo dos Santos

Matrícula nº 110321202

Diretor de Transparência

Aprovado, em 15 de ABRIL de 2026.

Luziete Ribeiro dos Santos Mota

Secretária Municipal de Administração e Finanças



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Nº PROTOCOLO: 5432/2025,
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 423/2025
SD Nº: 86/2025**

1. Informações Básicas

CONSTITUI OBJETO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA, DURANTE O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAJE, ESTADO DA BAHIA.

2. Descrição da Necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de aquisição de materiais de limpeza e higienização destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias do Município de Laje/BA.

A Administração Municipal mantém diversas unidades administrativas em funcionamento, incluindo prédios públicos, unidades de saúde, escolas, setores administrativos, espaços de atendimento ao público e demais instalações utilizadas na execução das atividades institucionais.

Para garantir o adequado funcionamento desses ambientes, faz-se necessária a manutenção permanente das condições de limpeza, conservação e higienização, assegurando ambientes salubres para servidores, usuários dos serviços públicos e população em geral.

Os materiais de limpeza são considerados insumos essenciais para a rotina administrativa, sendo utilizados diariamente na limpeza de pisos, sanitários, mobiliários, áreas comuns e demais dependências dos prédios públicos. A ausência desses materiais pode comprometer diretamente a qualidade dos serviços prestados, além de impactar negativamente nas condições sanitárias dos ambientes.

Dessa forma, a realização do processo licitatório tem por objetivo assegurar o fornecimento regular de materiais de limpeza, garantindo a continuidade das atividades de manutenção e higienização dos espaços públicos municipais.

Ressalta-se que a contratação será realizada de forma parcelada, conforme a demanda das diversas Secretarias Municipais, durante o período de 12 (doze) meses, possibilitando melhor controle por parte da Administração, planejamento das aquisições e utilização eficiente dos recursos públicos.

Assim, a contratação pretendida visa garantir o abastecimento contínuo de materiais de limpeza necessários à manutenção das atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais.

Área requisitante

Secretaria Demandante	Responsável	Cargo	Matrícula
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Isaac Felicíssimo dos Santos	Diretor de Transparência	110321202
Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana e Rural	Ivana Sousa da Silva	Agente de Serviço	255
Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	Valdineide Valquíria Bomfim dos Santos	Diretor Administrativo	11032156
Secretaria Municipal de Saúde	Keila Aparecida Rocha Santos	Diretora Financeira	110321110
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Oseas da Silva Santos	Diretor de Agricultura	3029358
Secretaria Municipal de Assistência Social	Débora Pereira Silva	SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA	321003
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Joemille Santos Leal	Presidente da Comissão de Planejamento	110321297
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E PLANEJAME	Ana Beatriz Lima Caitano	Gerente de convênios	110321034

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

As licitantes deverão observar rigorosamente as especificações dos produtos conforme tabela de itens constante neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

A contratação deverá atender às necessidades das diversas Secretarias do Município de Laje/BA, mediante fornecimento parcelado de materiais de limpeza, conforme demanda previamente solicitada pela Administração.

O fornecimento deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- Fornecimento parcelado, conforme solicitação das Secretarias Municipais durante o período de vigência do contrato;
- Os produtos deverão possuir qualidade adequada e atender aos padrões usuais de mercado;
- As embalagens deverão estar devidamente lacradas, identificadas e em perfeitas condições de uso, quando aplicável;

Os produtos deverão apresentar prazo de validade adequado, quando aplicável;

- Os materiais deverão atender às normas sanitárias e de segurança vigentes, quando aplicável;
- Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos;
- A empresa contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações ou que apresente defeito ou irregularidade.

A empresa contratada deverá ainda manter regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, garantindo o adequado cumprimento das obrigações contratuais.

Para qualificação técnica serão obrigatórios os seguintes documentos

- a) Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a empresa já forneceu ou fornece materiais de limpeza ou produtos compatíveis com o objeto da contratação;
- b) Declaração de que os produtos fornecidos atendem às normas sanitárias e regulamentações aplicáveis, quando exigido pela legislação;
- c) Declaração de que possui capacidade operacional e logística para realizar o fornecimento dos materiais conforme a demanda da Administração.

Visitas técnicas

Para a presente contratação não será exigida visita técnica obrigatória, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de materiais de limpeza, itens amplamente comercializados no mercado e que não exigem conhecimento prévio das instalações da Administração para elaboração das propostas.

Dessa forma, os licitantes poderão obter todas as informações necessárias para a formulação de suas propostas por meio das especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e em seus anexos.

A não realização de visita técnica não poderá ser utilizada posteriormente como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Critérios de sustentabilidade

A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes do uso de produtos de limpeza.

Nesse sentido, recomenda-se que os produtos adquiridos:

- atendam às normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- possuam embalagens adequadas e devidamente identificadas;
- permitam descarte seguro e adequado após o uso.

Sempre que viável, poderão ser priorizados produtos que apresentem menor impacto ambiental, bem como embalagens recicláveis ou que reduzam a geração de resíduos.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento ao disposto no art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de aquisição de materiais de limpeza, bem como justificar técnica e economicamente a solução adotada.

Dentre as alternativas possíveis, destacam-se:

- a) realização de pesquisa direta com fornecedores locais;
- b) utilização de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- c) consulta a sistemas especializados de banco de preços públicos.

A pesquisa direta com fornecedores, embora possível, apresenta limitações quanto à amplitude e à padronização das informações, podendo comprometer a confiabilidade dos valores obtidos. Já a análise isolada de contratações similares demanda maior tempo de levantamento e tratamento dos dados, além de dificultar a consolidação de uma base comparativa consistente.

Diante disso, optou-se pela utilização do sistema Fonte de Preços, ferramenta que reúne dados consolidados de contratações públicas realizadas em âmbito nacional, permitindo acesso a múltiplas referências de preços para objetos similares.

Sob o aspecto técnico, a utilização do referido sistema proporciona maior padronização, rastreabilidade e confiabilidade das informações, uma vez que os dados são extraídos de processos licitatórios efetivamente realizados pela Administração Pública.

Do ponto de vista econômico, a ferramenta possibilita a obtenção de preços médios praticados no mercado de forma mais célere e eficiente, reduzindo custos operacionais relacionados à pesquisa e minimizando riscos de sobrepreço ou subpreço na estimativa da contratação.

Assim, a solução adotada mostra-se a mais adequada para subsidiar a formação do orçamento estimado, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e transparência.

Considerando que os materiais pretendidos são classificados como bens comuns, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos, a contratação deverá ocorrer por meio da modalidade pregão, na forma eletrônica, conforme previsto nos arts. 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021, garantindo maior competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. Descrição da Solução como um Todo

Por se tratar de bens comuns, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos, possibilitando maior competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a solução proposta consiste na realização de **processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico** para contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais de limpeza, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias do Município de Laje/BA, pelo período de 12 (doze) meses.

Os materiais serão fornecidos conforme as solicitações das Secretarias Municipais, observando as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

Dessa forma, a solução apresentada visa garantir o abastecimento contínuo de materiais essenciais à limpeza e conservação dos prédios públicos, contribuindo para a manutenção adequada dos ambientes e para o bom funcionamento das atividades administrativas do Município.

7. Estimativa das Quantidades e valores a serem Contratados.

Item	CatMat	Descrição	Qtd	UnMed	Preço Uni. Est.	Preço Total Est.
1	447937	447937 - ÁCIDO MURIATICO (ÁCIDO CLORÍDRICO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO PESO MOLECULAR: 37,47 G/MOL FÓRMULA QUÍMICA: DCL (DEUTERADO) GRAU DE PUREZA: PUREZA ISOTÓPICA MÍNIMA DE 99% EM DEUTÉRIO NÚMERO DE	195	Litro	R\$7,65	R\$1.491,75

		REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7698-05-7)				
2	481012	481012 - ÀLCOOL 70% (ÀLCOOL LÍQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 70º INMP. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1L)	3135	Litro	R\$5,98	R\$18.747,30
3	444849	444849 - ALCOOL 96, 1L (ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO FÓRMULA QUÍMICA: C2H6O PESO MOLECULAR: 46,07 G/MOL GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 96% NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 64-17-5)	885	Litro	R\$6,62	R\$5.858,70
4	481012	481012 - ALCOOL EM 70º 500ML (481012 - ALCOOL EM 70º FRASCO 500 ML TIPO: ETÍLICO APLICAÇÃO: LIMPEZA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO CONCENTRAÇÃO: 70%)	920	Unidade	R\$6,25	R\$5.750,00
5	380018	380018 - ALCOOL EM GEL 70% (380018 - ALCOOL EM GEL 70% (ÀLCOOL EM GEL 70% ANTISÉPTICO FRASCO 500 ML PARA HIGIENIZAÇÃO ROTINEIRA DAS MÃOS. SEM ENXAGUE))	2000	Unidade	R\$5,41	R\$10.820,00
6	624677	624677 - ALVEJANTE 1L (ALVEJANTE (EMBALAGEM DE 1 LT. EM MATERIAL RESISTENTE E TAMPA DE PERFEITA VEDAÇÃO, COMPOSIÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, E ÁGUA, COMPONENTE ATIVO NA OCI E TEOR DE CLORO ATIVO 2% A 2,5%.) –)	3325	Caixa	R\$20,54	R\$68.295,50

7	443451	443451 - BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 30 L (443451 - BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 30 L (BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 30 L, CLIPE DE FIXAÇÃO PARA HASTE, SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUA SUJA, DIVISÓRIA DE ÁGUA LIMPA E SUJA INJETADA NO PRÓPRIO. RODÍZIOS PROJETADOS PARA FÁCIL MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PODE USAR MOP PLANO/VERTICAL.))	6	Unidade	R\$644,64	R\$3.867,84
8	419111	419111 - BALDE PLÁSTICO 20 L (419111 - BALDE PLÁSTICO 20 L (PLÁSTICO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, PAREDES E FUNDO REFORÇADOS, CAPACIDADE DE 20 LITROS, ALÇA EM AÇO ZINCADO EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE))	60	Unidade	R\$13,23	R\$793,80
9	278322	278322 - BALDE PLÁSTICO C/ TAMPA 100L (278322 - BALDE PLÁSTICO C/ TAMPA 100L (BALDE PLÁSTICO C/ TAMPA (MATERIAL EM POLIPROPILENO RESISTENTE; DIÂMETRO 52CM, E ALTURA DE 70CM; CAPACIDADE P/ 100 LTS.)))	60	Unidade	R\$67,33	R\$4.039,80
10	457804	457804 - BOM AR SPRAY (457804 - BOM AR SPRAY (BOM AR SPRAY, DIVERSOS AROMAS,	435	Caixa	R\$108,54	R\$47.214,90

		APRESENTAÇÃO: 360 ML - CX C/ 12 UND))				
11	272254	272254 - BORRIFADOR PLÁSTICO 500ML (272254 - BORRIFADOR PLÁSTICO 500ML (INDICADO PARA USO GERAL. GARRAFA TRANSPARENTE OU BRANCA. ACOMPANHA O GATILHO. CAPACIDADE: 500ML. ALTURA DO FRASCO SEM O GATILHO: 140MM. DIÂMETRO DO FRASCO: 70MM. DIÂMETRO DA BOCA: 28MM. COMPRIMENTO DO PESCANTE (MANGUEIRA INTERNA): 172MM. DIÂMETRO EXTERNO DO PESCANTE 3,8MM).	200	Unidade	R\$7,06	R\$1.412,00
12	351157	351157 - CERA LÍQUIDA INCOLOR 750 ML (351157 - CERA LÍQUIDA INCOLOR 750 ML (COMPOSIÇÃO - INGREDIENTE ATIVO: DISPERSÃO, ESTIRENO ACRÍLICA METALIZADA, SOLUÇÃO DE RESINA FUMÁRICA. COMPOSIÇÃO: EMULSÃO DE POLIETILENO, SOLVENTE PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, 5-CLORO-2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA, ATENUADOR DE ESPUMA, FRAGRÂNCIA E ÁGUA.	27	Caixa	R\$67,93	R\$1.834,11
13	293179	293179 - CERA LÍQUIDA VERMELHA 750 ML (293179 - CERA LÍQUIDA VERMELHA. APRESENTAÇÃO: 750 ML - CX C/ 12 UND TIPO: LÍQUIDA COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE POLIMENTO, ÓLEO VEGETAL HIDROGENA- CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO C/ ALÇA, TAMPA DOSADORA, VAL. MIN. 18 MESES APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS)	5	Caixa	R\$68,28	R\$341,40
14	431304	431304 - CLORO LIQUIDO DE 1 LT. (431304 - CLORO LIQUIDO DE 1 LT.	1130	Unidade	R\$2,45	R\$2.768,50

		(CLORO LIQUIDO EMBALAGEM PLASTICA DE 1 LT.				
15	456546	456546 - DESINFETANTE 2L (DESINFETANTE C/ PROPRIEDADE GERMICIDA/BACTERICIDA P/ USO GERAL, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE, EMBALAGEM DE 2000ML., TAMPA DE PERFEITA VEDAÇÃO, E AMÔNIO ATIVO À 0,925%.	830	Caixa	R\$32,40	R\$26.892,00
16	420084	420084 - DESINFETANTE LÍQUIDO 500ML, (- DESINFETANTE LIQUIDO 500 ML USO GERAL, CONCENTRADO, PERFUMADO, GERMICIDA, FRAGRANCIA DIVERSAS, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSVEL TECNICO, ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ ANVISA.	1045	Caixa	R\$23,19	R\$24.233,55
17	449798	449798 - DETERGENTE LÍQUIDO (EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM COM 500ML)	1215	Caixa	R\$75,04	R\$91.173,60

18	440838	440838 - DETERGENTE LÍQUIDO CX C/12 (440838 - DETERGENTE LÍQUIDO APRESENTAÇÃO: 500 ML - CX C/12 UND (DETERGENTE, LAVA LOUCA, LIQUIDO, CONCENTRADO, BIODEGRADAVEL, COM NO MINIMO 11% (ONZE POR CENTO) DO PRINCIPIO ATIVO BASICO DO DETERGENTE. EMBALAGEM PLASTICA. AS SEGUINTE INFORMACOES DEVERAO SER IMPRESSAS PELO FABRICANTE, DIRETAMENTE NA EMBALAGEM EM QUE O PRODUTO ESTA ACONDICIONADO OU ROTULO IMPRESSO COLADO NA MESMA: NOME/CNPJ DO FABRICANTE, MARCA DO PRODUTO, ENDERECO, QUANTIDADE, COMPOSICAO, DATA DE FABRICACAO OU LOTE, PRAZO/DATA DE VALIDADE, BEM COMO SOBRE OS RISCOS QUE APRESENTAM A SAUDE E SEGURANCA DOS CONSUMIDORES, NORMAS VIGENTES E REGISTROS NOS ORGAOS COMPETENTES. NA DATA DA ENTREGA, O PRAZO DE VALIDADE INDICADO PARA O PRODUTO, NAO DEVERA TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE COMO REFERENCIA, A DATA DE FABRICACAO OU LOTE IMPRESSO NA EMBALAGEM.))	400	Caixa	R\$24,94	R\$9.976,00
19	404651	404651 - DISPENSER PORTA SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL GEL DE PAREDE (DISPENSER PORTA SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL GEL DE PAREDE, PLÁSTICO, ACRILONITRILO BUTADIENO ESTIRENO, 20 X 27 X 20 CM; 890 G)	250	Unidade	R\$27,82	R\$6.955,00

20	331870	331870 - ESCOVA SANITÁRIA P/ LIMPEZA (331870 - ESCOVA SANITÁRIA P/ LIMPEZA (ESCOVA SANITÁRIA P/ LIMPEZA C/ SUPORTE (BASE REDONDA EM POLIPROPILENO BRANCO E RESISTENTE).))	695	Unidade	R\$3,47	R\$2.411,65
21	314565	314565 - ESPANADOR DE POEIRA (314565 - ESPANADOR DE POEIRA (ESPANADOR DE POEIRA CONFECCIONADO EM MICROFIBRA, COM CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 40CM EM POLIPROPILENO, LEVE E RESISTENTE.))	48	Unidade	R\$4,79	R\$229,92
22	241725	241725 - ESPONJA DE AÇO PCT C/ 08 UNIDADES (LA DE AÇO CARBONO ABRASIVO, PARA LIMPEZA EM GERAL EMBALAGEM: EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE)	620	Pacote	R\$1,70	R\$1.054,00
23	241744	241744 - ESPONJA DE LÃ AÇO FINA (ESPONJA DE LÃ AÇO FINA, PACOTE CONTENDO 8 UNIDADES, COM PESO LÍQUIDO APROXIMADO DE 44GR., C/ COMPOSIÇÃO EM AÇO CARBONO, UTILIZADO PARA LIMPAR E DAR BILHO EM UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS COMO: TALHERES, FOGÕES E PANEAS, ALÉM DE BANHEIROS, VIDROS E OUTROS.	545	Unidade	R\$1,67	R\$910,15

24	318923	318923 - ESPONJA MULTIUSO, DUPLA FACE (318923 - ESPONJA MULTIUSO, DUPLA FACE (ESPONJA MULTIUSO, DUPLA FACE (LADO VERDE EM RESINA SINTÉTICA E LADO AMARELO EM ESPUMA DE POLIURETANO), DIMENSÕES APROXIMADAS DE 100MM X 75MM X 20MM.	2770	Unidade	R\$0,65	R\$1.800,50
25	352393	352393 - ESPONJA SINTÉTICA BUCHA DUPLA FACE (352393 - ESPONJA SINTÉTICA BUCHA DUPLA FACE (DUPLA FACE, UM LADO EM ESPUMA POLIURETANO E OUTRO EM FIBRA SINTÉTICA ABRASIVA, DIMENSÕES 100 X 70 X 20 MM, COM VARIAÇÃO DE +/- 10 MM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE)	145	Unidade	R\$0,64	R\$92,80
26	319163	319163 - FLANELA (319163 - FLANELA (100% ALGODÃO, PARA USO GERAL, DIMENSÕES DE 40 X 30 CM))	1750	Unidade	R\$1,29	R\$2.257,50
27	241343	241343 - FÓSFORO DE COZINHA (FÓSFORO DE COZINHA, COMPOSIÇÃO: FÓSFORO, CLORATO DE POTÁSSIO E AGLUTINANTES, CORPO EM MADEIRA LONGO E FINO, E LIXA NA LATERAL, FABRICADO	642	Caixa	R\$32,30	R\$20.736,60

		SEGUNDO AS NORMAS DO INMETRO. (PCT. C/ 10 UNID.))				
28	243002	243002 - GUARDANAPO 22X23CM PCT C/ 50 UND (GUARDANAPO DE PAPEL, NA COR BRANCA, FOLHA DUPLA, C/ DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22 X 23CM E TEXTURA MACIA. (PCT. C/ 50 UNID.	1012	Pacote	R\$1,55	R\$1.568,60
29	231464	231464 - GUARDANAPO DESCARTÁVEL P/ MESA (CONFECCIONADO EM PAPEL ABSORVENTE EM FOLHA SIMPLES; MEDINDO 33 X 30 CENTÍMETROS COM 50 UNIDADES. EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS.)	2212	Pacote	R\$2,78	R\$6.149,36
30	462542	462542 - INSETICIDA 300ML AEROSOL (462542 - INSETICIDA 300ML AEROSOL (INSETICIDA PIRETROIDE, DE 300ML AEROSOL)	600	Unidade	R\$7,46	R\$4.476,00
31	249813	249813 - LIMPA FORNO (LIMPA FORNO COMPOSIÇÃO: NONIFENOL ETOXILADO, POLIÁLCOOL, HIDRÓXIDO SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO COM DILUIDOR AUTOMÁTICO INDIVIDUAL E I APLICAÇÃO: REMOÇÃO CROSTA PESADA DE GORDURAS EM FOGÃO E FORNO TEOR ACIDEZ: 12,5 A 13,5 PH VISCOSIDADE: 17% ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO TRANSLÚCIDO AMARELO)	142	Unidade	R\$8,71	R\$1.236,82

32	300935	300935 - LIMPA VIDRO 500 ML (300935 - LIMPA VIDRO 500 ML (INGREDIENTES ATIVOS: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SOLVENTE, COADJUVANTES, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. APRESENTAÇÃO: PULVERIZADOR 500ML)	185	Unidade	R\$5,93	R\$1.097,05
33	372469	372469 - LIMPA VIDRO C/ ÁLCOOL 500ML (372469 - LIMPA VIDRO C/ ÁLCOOL 500ML (LIMPA VIDRO C/ ÁLCOOL, EMBALAGEM RESISTENTE E DE PERFEITA VEDAÇÃO CONTENDO 500ML, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, ÁLCOOL, ÉTER GLICÓLICO, HIDRÓXIDO DE AMÔNIO, CORANTE, PERFUME E ÁGUA; INDICADO P/ LIMPEZA DE VIDROS, VITRINES, ESPELHOS, TELAS DE TV, PÁRA-BRISAS E ACRÍLICOS LIMPOS E BRILHANTES.)	200	Unidade	R\$3,14	R\$628,00
34	626302	626302 - LIMPADOR TRADICIONAL 500ML (626302 - LIMPADOR TRADICIONAL 500ML (LIMPADOR DE USO GERALL, ORIGINAL, COM A COMPOSIÇÃO: ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ÁLCOOL ETOXILADO, COADJUVANTES, SEQUESTRANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. IDEAL PARA: PIAS COZINHA, GELADEIRAS, FOGÕES, MÁQUINAS DE LAVAR, PIAS BANHEIRO. SUPERFÍCIES: AZULEJOS, ESMALTADOS, FÓRMICA, PAREDES, VIDRO, INOX, CERÂMICA, ESPELHO, PLÁSTICOS, ACRÍLICOS, METAIS, LADRILHOS, PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS.) SUPERFÍCIES: AZULEJOS, ESMALTADOS, FÓRMICA, PAREDES, VIDRO, INOX, CERÂMICA, ESPELHO, PLÁSTICOS, ACRÍLICOS, METAIS, LADRILHOS,	1052	Unidade	R\$3,49	R\$3.671,48

		PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. SUPERFÍCIES: AZULEJOS, ESMALTADOS, FÓRMICA, PAREDES, VIDRO, INOX, CERÂMICA, ESPELHO, PLÁSTICOS, ACRÍLICOS, METAIS, LADRILHOS, PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS)				
35	316741	316741 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMPA E PEDAL 20L (316741 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMPA E PEDAL 20L (LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE APROXIMADA P/ 20 LT. NA COR BRANCA.	230	Unidade	R\$62,87	R\$14.460,10
36	350666	350666 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMPA E PEDAL 50L (350666 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMPA E PEDAL 50L (LIXEIRA PLÁSTICA C/ TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE APROXIMADA P/ 50 LT. NA COR BRANCA.	30	Unidade	R\$119,22	R\$3.576,60
37	299646	299646 - LUSTRA MÓVEIS 200 ML (299646 - LUSTRA MÓVEIS 200 ML (PREPARADO À BASE DE PARAFINA, SOLVENTES, ÓLEO DE SILICONE, EMULSIONANTES, ESPESSANTE, CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. CONTEÚDO: 200ML.)	135	Unidade	R\$6,03	R\$814,05

38	208956	208956 - LUVA LIMPEZA TAM G (208956 - LUVA LIMPEZA TAM G (COMPOSIÇÃO: BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, COM PAR REVESTIMENTO INTERNO, REFORÇADA, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 13393 EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMPRIMENTO 27CM.)	1045	Pares	R\$3,29	R\$3.438,05
39	208988	208988 - LUVA P/ LIMPEZA M (208988 - LUVA P/ LIMPEZA M (COMPOSIÇÃO: BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, COM PAR REVESTIMENTO INTERNO, REFORÇADA, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 13393 EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMPRIMENTO 27CM.)	1345	Pares	R\$3,23	R\$4.344,35

40	311490	311490 - MANGUEIRA DE 30 MTS (311490 - MANGUEIRA DE 30 MTS (MANGUEIRA FLEXÍVEL E DE FÁCIL MANUSEIO.POSSUI 30 METROS DE COMPRIMENTO. POSSUI 2 CAMADAS EM PVC. ACOMPANHA 01 ESGUICHO COM JATO REGULÁVEL E 01 ADAPTADOR COM ENGATE ROSQUEADO. O ESGUICHO POSSUI PRÁTICO SISTEMA DE REGULAGEM DO FLUXO D'ÁGUA ATRAVÉS DO REGULADOR FRONTAL. O ESGUICHO É CONECTADO NA MANGUEIRA ATRAVÉS DE SISTEMA DE FIXAÇÃO ROSQUEADO.)	92	Unidade	R\$182,98	R\$16.834,16
41	338156	338156 - PÁ DE LIXO (338156 - PÁ DE LIXO (PÁ DE LIXO, CABO EM MADEIRA C/ MÍNIMO DE 60 CM METÁLICA QUADRADA.)	295	Unidade	R\$7,70	R\$2.271,50
42	627610	627610 - PÁ P/ LIXO PLÁSTICA (627610 - PÁ P/ LIXO PLÁSTICA (PÁ P/ LIXO PLÁSTICA, C/ CABO LONGO E CORPO EM POLIPROPILENO RESISTENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DO CABO 75,5CM E DA PÁ 23CM DE COMPRIMENTO X LARGURA 19CM X ALTURA 9CM.	395	Unidade	R\$6,65	R\$2.626,75
43	342596	342596 - PÁ PARA LIXO, CABO LONGO (342596 - PÁ PARA LIXO, CABO LONGO (DIMENSÕES SEM CABO 26 X 25 X 8,5CM, DIMENSÕES DO CABO, 90 X 2,1 X 2,1CM.))	30	Unidade	R\$6,66	R\$199,80
44	449786	449786 - PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, ALVEJADO (449786 - PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, ALVEJADO (PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, TIPO SACO EM OVERLOCK.)	1955	Unidade	R\$2,67	R\$5.219,85

45	352424	352424 - PANO DE CHÃO ALVEJADO, 41 X 68CM (352424 - PANO DE CHÃO ALVEJADO, 41 X 68CM (PANO DE CHÃO ALVEJADO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41 X 68CM, 100% ALGODÃO.)	1370	Unidade	R\$2,66	R\$3.644,20
46	228893	228893 - PANO DE PRATO ALVEJADO (228893 - PANO DE PRATO ALVEJADO (PANO DE PRATO ALVEJADO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 66 X 40 CM, 100% ALGODÃO.	1650	Unidade	R\$2,29	R\$3.778,50
47	221390	221390 - PAPEL ALUMÍNIO (221390 - PAPEL ALUMÍNIO (PAPEL ALUMÍNIO (ROLO DE 30CM X 7,5 METROS)	330	Unidade	R\$3,86	R\$1.273,80
48	333535	333535 - PAPEL FILME EM ROLO INDUSTRIAL DE 800 METROS. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLA (333535 - PAPEL FILME EM ROLO INDUSTRIAL DE 800 METROS. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLA (UND))	64	Unidade	R\$91,27	R\$5.841,28
49	232826	232826 - PAPEL FILME PLÁSTICO EM PVC ROLO (232826 - PAPEL FILME PLÁSTICO EM PVC ROLO (PAPEL FILME PLÁSTICO EM PVC ROLO COM 30MX28CM)	101	Rolo	R\$5,46	R\$551,46
50	301139	301139 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 30MX10CM (PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, NEUTRO, 100% CELULOSE, FOLHA DUPLA, FABRICADO C/ MATERIAL NÃO RECICLADO, TEXTURA MACIA E DELICADA (PCT C/ 04 RL. DE 30M X 10CM)	1655	Fardo	R\$86,45	R\$143.074,75
51	227862	227862 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 60MX10CM (PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, NEUTRO, TIPO LUXO, FOLHA DUPLA, FABRICADO C/ MATERIAL NÃO RECICLADO,	1430	Fardo	R\$136,80	R\$195.624,00

		TEXTURA MACIA E DELICADA (PCT C/ 04 RL. DE 60M X 10CM)				
52	626871	626871 - PAPEL PLÁSTICO FILME EM ROLO INDUSTRIAL DE 1000 METROS (MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA COMPRIMENTO: 1000 M LARGURA: 38 CM APRESENTAÇÃO: ROLO APLICAÇÃO: EMBALAR E ACONDICIONAR ALIMENTOS ESPESSURA: 9 MICRA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PVC ESTICÁVEL)	16	Unidade	R\$125,13	R\$2.002,08
53	416699	416699 - PAPEL TOALHA BRANCO ROLO (PAPEL TOALHA BRANCO DE BOA QUALIDADE, FOLHAS DUPLAS, MÁXIMA ABSORÇÃO, EMBALAGEM COM 2 ROLOS, ROLO C/ 50 TOLAHAS DE 20 X 21,5CM, MACIA E SENSÍVEL, NEUTRA. (FD. C/ 12 PCT C/ 02 RL. CADA)	177	Fardo	R\$51,98	R\$9.200,46
54	346297	346297 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO (346297 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO (PAPEL TOALHA INTERFOLHADO FOLHA SIMPLES COM 1.000 FOLHAS. DIMENSÕES C X L X A 32 X 20.5 X 11CENTÍMETROS, PESO 1.05 GRAMAS.)	4925	Unidade	R\$11,96	R\$58.903,00
55	357378	357378 - PASTA PARA LIMPEZA ALUMÍNIO 500g (357378 - PASTA PARA LIMPEZA ALUMÍNIO 500G (EMBALAGEM RESISTENTE DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE	145	Unidade	R\$6,26	R\$907,70

		REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE)				
56	484680	484680 - PEDRA SANITÁRIA (PEDRA SANITÁRIA P/ BANHEIRO, C/ SUPORTE PLÁSTICO, CONTEÚDO DE 40GR., C/ COMPOSIÇÃO A BASE DE PARADICLOROBENZENO E CORANTE, C/ FRAGRÂNCIA DE LAVANDA, PINHO E FLORAL.	260	Caixa	R\$43,92	R\$11.419,20
57	605353	605353 - PEGA RATO ADESIVO (PEGA RATO (RATOEIRA ADESIVA COLA VISGO PARA INSETOS CX COM 20 UNIDADES)	140	Unidade	R\$52,62	R\$7.366,80
58	317367	317367 - PINHO GEL (LIMPADOR GEL, PINHO GEL, DETERGENTE LEVEMENTE ALCALINO, COM AGRAVÁVEL ODOR DE PINHO, DESENVOLVIDO PARA LIMPAR E ODORIZAR PISOS OU OUTRAS SUPERFÍCIES RESISTENTES À ÁGUA, 1L, DE BOA QUALIDADE. BOA QUALIDADE, CX C/ 12	398	Caixa	R\$52,13	R\$20.747,74
59	630614	630614 - PORTA PAPEL TOALHA PLÁSTICO PAREDE (DIMENSÕES: LARGURA: 24,5CM/ ALTURA: 14,7CM/ PROFUNDIDADE: 15CM. MATERIAL PLÁSTICO.	100	Unidade	R\$33,47	R\$3.347,00
60	446184	446184 - RODO C/ CABO DE 1,40 MT, com 40 cm largura (446184 - RODO C/ CABO DE 1,40 MT, COM 40 CM LARGURA (RODO (C/ CABO DE 1,40 MT., CORPO FABRICADO EM POLIPROPILENO RESISTENTE E LÂMINA DUPLA DE BORRACHA RESISTENTE)	805	Unidade	R\$6,22	R\$5.007,10

61	626109	626109 - RODO C/ CABO MADEIRA, C/ 01 BOR. 40CM (RODO COM CABO DE MADEIRA, EXTREMIDADE ENVOLVENTE ZINCADA, COM 01 BORRACHA DE 40CM.)	300	Unidade	R\$16,73	R\$5.019,00
62	455249	455249 - RODO DE BORRACHA P/LIMPEZA 30CM (455249 - RODO DE BORRACHA P/LIMPEZA 30CM)	90	Unidade	R\$5,57	R\$501,30
63	228863	228863 - RODO PLÁSTICO C/ CABO 32CM (228863 - RODO PLÁSTICO C/ CABO 32CM (RODO PLÁSTICO C/ CABO 32CM	110	Unidade	R\$5,26	R\$578,60
64	298406	298406 - SABÃO EM BARRA 200GR (SABÃO EM BARRA NEUTRO E GLICERINADO, PESANDO 200 GR.	277	Caixa	R\$8,57	R\$2.373,89
65	226631	226631 - SABÃO EM BARRA 90GR (226631 - SABÃO EM BARRA 90GR (SABÃO EM BARRA 90GR)	280	Unidade	R\$2,31	R\$646,80
66	419551	419551 - SABÃO EM PÓ COMUM (SABÃO EM PÓ COMUM, C/ TENSOATIVO, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO, ENZIMAS, TAMPONANTES, CARGA, CORANTE, PERFUME, SILICONE E ÁGUA, EMBALAGEM EM CAIXA OU PACOTE DE 500 GRAMAS PCT 24 UND)	10700	Unidade	R\$1,97	R\$21.079,00
67	339700	339700 - SABONETE LÍQUIDO CREMOSO (339700 - SABONETE LÍQUIDO CREMOSO (SABONETE LÍQUIDO CREMOSO, PEROLIZADO E COM AROMA DELICADO DE ERVA-DOCE; PRÓPRIO PARA SABONETEIRAS, QUE NÃO UTILIZAM REFIL, E NECESSITAM REPOSIÇÃO MANUAL; C/ FORMULAÇÃO QUE POSSUI SUBSTÂNCIAS COSMÉTICAS COM PH SIMILAR AO DA PELE P/ NÃO	250	Unidade	R\$17,86	R\$4.465,00

		PROVOCAR IRRITAÇÕES; C/ REGISTRO NA ANVISA.))				
68	604234	604234 - SABONETE LIQUIDO GLICERINADO (SABONETE LIQUIDO GLICERINADO, BAIXA IRRITAÇÃO DÉRMICA, INDICADO PARA LAVAGEM DAS MÃOS, FRASCOS COM NO MÍNIMO DE 500 ML)	400	Caixa	R\$60,36	R\$24.144,00
69	301133	301133 - SABONETE PERFUMADO 90GR (SABONETE PERFUMADO 90GR, COMPOSIÇÃO: SAIS SÓDICOS DE ÁCIDO GRAXOS, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA, CLORETO DE SÓDIO, FORMALDEIDO, DISTILBIFENIL DISSULFANATO ETRASSOD, EDETATO ETRASSODICO, ETIDRONATO ETRASSODICO, CERAMIDAS, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E CORANTE CI 77891, CI 74160, CI 15510; E PERFUME SUAVE DE AVEIA E TRIGO. (PCT. C/ 12 UNID.))	981	Pacote	R\$21,52	R\$21.111,12
70	632002	632002 - SACO DE LIXO 100 L PCT C/ 100 UND (SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100L (PCT C/ 100))	1001	Pacote	R\$25,19	R\$25.215,19
71	430572	430572 - SACO DE LIXO 15 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO 15 LT PACOTE COM 100 UNIDADES)	830	Pacote	R\$4,91	R\$4.075,30
72	626244	626244 - SACO DE LIXO 20 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO C/ CAPACIDADE DE 20 LITROS MEDINDO 50X53 CM, COM ESPESSURA DE 0,004 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.)	500	Pacote	R\$6,10	R\$3.050,00

73	635629	635629 - SACO DE LIXO 30 LT PCT C/ 10 UND (SACO PARA LIXO CAPACIDADE PARA 30L, COM 10UN, TAMANHO DE 59X62CM.)	890	Pacote	R\$2,17	R\$1.931,30
74	226093	226093 - SACO DE LIXO 50 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO C/ CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDINDO 60X60 CM, COM ESPESSURA DE 0,004 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.)	965	Pacote	R\$18,94	R\$18.277,10
75	626245	626245 - SACO DE LIXO 60 LT PCT C/ 100 UND (SACO DE LIXO COM CAPACIDADE DE 60 LITROS, MEDINDO 58X76 CM, COM ESPESSURA DE 0,004 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES.)	860	Pacote	R\$16,50	R\$14.190,00
76	460056	460056 - SACO PLÁSTICO EM BOBINA CAP. 10 KG (BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADO.OS SACOS SUPTAM APROXIMADAMENTE 10KG. BOBINA COM 500 UNIDADES. MEDIDA DOS SACOS: 35CM X 50CM)	610	Bobina	R\$34,47	R\$21.026,70
77	297513	297513 - TAPETE CAPACHO RETANGULAR 60X30 (TAPETE CAPACHO RETANGULAR, MÍNIMO DE 60 CM DE COMPRIMENTO POR 30 CM DE LARGURA EM PIAÇA.)	30	Unidade	R\$48,29	R\$1.448,70
78	370049	370049 - TAPETE DE CHÃO - antiaderente 60x40cm	170	Unidade	R\$45,97	R\$7.814,90
79	629187	629187 - TAPETE P/ PORTA 45X65X33 (TAPETE P/ PORTA SUPERFÍCIE NAILON 100% POLIAMIDA, BASE LATEX ANTIDERRAPATE, DIMENSÕES 45 X 65, ESPESSURA 33MM)	172	Unidade	R\$48,15	R\$8.281,80
80	228893	228893 - TOALHA DE PRATO (228893 - TOALHA DE PRATO (TOALHA DE PRATO PARA COZINHA, RESISTENTE, COM NO	990	Unidade	R\$3,68	R\$3.643,20

		MÍNIMO 95% ALGODÃO, EM CORES CLARAS, MEDINDO 40X66CM.)				
81	428622	428622 - TOUCA DESCARTÁVEL, PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (TOUCA DESCARTÁVEL, PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS)	9390	Unidade	R\$0,17	R\$1.596,30
82	624584	624584 - VASCULHADOR (VASCULHADOR, -VASSOURA LIMPA TETO AJUSTÁVEL C/CABOS COMPRIMENTO 2,50 MT)	102	Unidade	R\$39,83	R\$4.062,66
83	446269	446269 - VASSOURA DE CABELO (446269 - VASSOURA DE CABELO (CABO EM MADEIRA, BASE RETANGULAR, LARGURA MÍNIMA 250 MM))	835	Unidade	R\$8,38	R\$6.997,30
84	450643	450643 - VASSOURA DE PIAÇAÇA (CERDAS EM PIAÇAÇA, BASE RETANGULAR EM MADEIRA LARGURA 220 MM, COM 22 FUROS, CABO EM MADEIRA COMPRIMENTO 1100 MM, VARIAÇÃO DIMENSIONAL DE +/- 5%)	1090	Unidade	R\$8,13	R\$8.861,70
85	450643	450643 - VASSOURA DE PIAÇAÇA SINTÉTICA (VASSOURA DE PIAÇAÇA SINTÉTICA TAM. M, FORMATO RETANGULAR, C/ CORPO E CABO EM MADEIRA.)	675	Unidade	R\$8,40	R\$5.670,00
86	355565	355565 - VASSOURA PEQUENA PARA LIMPAR BANHEIRO (ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM ESTOJO PLÁSTICO EM FORMA CILÍNDRICA EM HASTE PLÁSTICA PREENCHIDA. NA CABEÇA, COM 63 MM DE COMPRIMENTO, COM FIO SINTÉTICO FORMANDO DIÂMETRO DE 82MM E CONJUNTO TOTAL DE 350MM DE COMPRIMENTO. COR: BRANCO)	320	Unidade	R\$8,12	R\$2.598,40

87	224832	224832 - ACIDULANTE (TIPO: LÍQUIDO PH: 3,0 A 5,0 FUNÇÃO: NEUTRALIZADOR RESÍDUO ALCALINO E ALVEJANTE QUÍMICO APLICAÇÃO: LAVANDERIA HOSPITALAR EMBALAGEM: 50L)	15	Unidade	R\$476,00	R\$7.140,00
88	380018	380018 - ALCOOL GEL 70% (REFIL (ÁLCOOL ETÍLICO - ÁLCOOL ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70% V/V, COMPOSIÇÃO BÁSICA COM EMOLIENTE, FORMAFARMACÊUTICA GEL EMBALAGEM: 800ML)	400	Unidade	R\$12,57	R\$5.028,00
89	433126	433126 - BOTA HIGIENIZAÇÃO (MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA MATERIAL SOLA: PVC - CLORETO DE POLIVINILA COR: BRANCA TIPO CANO: LONGO TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS)	30	Pares	R\$49,62	R\$1.488,60
90	607579	607579 - DESINFETANTE GELATINOSO COM ALTO PODER BACTERICIDA. (COMPOSIÇÃO: POLIEXIETILENONILFENILETER PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO TEOR ATIVO: 50 MG/ML + 300 MG/ML FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO CONCENTRADA EMBALAGEM: 1L)	300	Litro	R\$45,11	R\$13.533,00
91	610861	610861 - LIXEIRA 100 L (MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE CAPACIDADE: 100 L TIPO: COM TAMPA E PEDAL ACOPLADOS COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO MATERIAL: BORRACHA NITRÍLICA TAMANHO: MÉDIO COR: AZUL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANTIDERRAPANTE NAS DIGITAIS, COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL TIPO: NÃO ESTÉRIL, ANTIALÉRGICA TIPO PROTEÇÃO: PRODUTOS QUÍMICOS)	80	Unidade	R\$244,61	R\$19.568,80

92	425748	425748 - PANO LIMPEZA (MATERIAL: 100% ALGODÃO COMPRIMENTO: 70 CM LARGURA: 40 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVADO, ALVEJADO, BAINHA)	100	Unidade	R\$3,38	R\$338,00
93	473431	473431 - 473431 - DESINFETANTE HOSPITALAR (473431 - DESINFETANTE HOSPITALAR (COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM AROMA EMBALAGEM: 5L))	1250	Unidade	R\$78,65	R\$98.312,50
94	227068	227068 - ALVEJANTE TECIDO (COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO SÓDIO/CLORETO SÓDIO/CARBONATO SÓDIO/ TEOR CLORO ATIVO: 10,05 A 11,05 PER APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, PRAZO VALIDADE: 6 MESES 5 LITROS)	400	Litro	R\$9,11	R\$3.644,00
95	308367	308367 - ALVEJANTE TECIDO (COMPOSIÇÃO: PERBORATO DE SÓDIO EM PÓ, ALCALINIZANTE APLICAÇÃO: LAVANDERIA HOSPITALAR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL EMBALAGEM: 20KG)	50	Unidade	R\$247,25	R\$12.362,50
96	265537	265537 - AMACIANTE DE ROUPA (ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO NÃO IÔNICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, APLICAÇÃO: AMACIANTE ARTIGOS TÊXTEIS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO CONCENTRADO, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA, EMBALAGEM: 50L)	50	Unidade	R\$419,90	R\$20.995,00

97	325396	325396 - BALDE EM PLÁSTICO, COM ALÇA, (MATERIAL: PLÁSTICO CAPACIDADE: 20 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRADUADO, COM ALÇA)	50	Unidade	R\$16,61	R\$830,50
98	383305	383305 - CARRO COLETOR LIXO - (383305 - CARRO COLETOR LIXO (CARRO COLETOR LIXO - CARRO COLETOR LIXO, CARRO COM RODA PARA COLETA DE LIXO - CONTAINER PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS, COM SIMBOLOGIA DE RESÍDUO INFECTANTE CONFORME NBR 7500 DA ABNT. CAPACIDADE: 120 LITROS. COMPOSIÇÃO: MATERIAL RÍGIDO, POLIETILENO OU POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL, CANTOS E BORDAS ARREDONDADAS, TAMPA ARTICULADA ANTIRRUIDOS, ALÇA PARA APOIO DAS MÃOS DURANTE O TRANSPORTE, RODAS GIRATÓRIAS COM REDUÇÃO DE RUÍDOS, E DRENO NO FUNDO DO CONTAINER. COR BRANCA))	10	Unidade	R\$328,51	R\$3.285,10
99	630559	630559 - DESINFETANTE LÍQUIDO A BASE DE PINHO: DE 1ª QUALIDADE, P/ USO GERAL (, AÇÃO BACTERICIDA E GERMICIDA, ESSÊNCIA FLORAL OU EUCALIPTO SUAVE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO, CX C/ 12 UND, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES.)	200	Caixa	R\$31,12	R\$6.224,00

100	232373	232373 - DETERGENTE ALCALINO DESENCROSTANTE CONCENTRADO (COMPOSIÇÃO: AGENTE ALCALINO SOLUENTE E DETERGENTE SINTÉTICO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL. AROMA: NEUTRO EMBALAGEM: 5L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL)	25	Litro	R\$78,38	R\$1.959,50
101	390358	390358 - DETERGENTE LIQUIDO PARA TECIDOS LINHA HOSPITALAR. INDICADO PARA UMECTACAO (390358 - DETERGENTE LIQUIDO PARA TECIDOS LINHA HOSPITALAR. INDICADO PARA UMECTACAO (- DETERGENTE LIQUIDO PARA TECIDOS LINHA HOSPITALAR. INDICADO PARA UMECTACAO, PRE-LAVAGEM E LAVAGEM, EFICIENTE NA REMOCAO DE DIVERSAS SUJIDADES. PH 7,0 A 7,5, SOLUVEL EM AGUA, 5 ML POR KG DE ROUPA SECA. EMBALAGEM EM BOMBONA DE 50 LITROS DE ALTA RESISTENCIA, LACRADAS COM NUMERO DE REGISTRO DA ANVISA E DO QUIMICO RESPONSAVEL. VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE FABRICACAO. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA, FISPQ E FICHA TECNICA.))	1000	Litro	R\$13,46	R\$13.460,00
102	437156	437156 - HIPOCLORITO DE SÓDIO (HIPOCLORITO DE SÓDIO - HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO AQUOSA , CONCENTRAÇÃO: ATÉ 2,5% DE CLORO ATIVO GALÃO: 5L)	2000	Galao	R\$14,88	R\$29.760,00

103	617775	617775 - KIT COMPOSTO DE 4 LIXEIRAS SELETIVAS IDENTIFICADAS. CAD (KIT COMPOSTO DE 4 LIXEIRAS SELETIVAS IDENTIFICADAS. CADA LIXEIRA COMPORTA 60 LITROS. SUPORTE DE METÁLICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,75M DE COMPRIMENTO 85CM DE ALTURA.)	15	Unidade	R\$492,11	R\$7.381,65
104	330346	330346 - KIT DE LIMPEZA/CARRINHO PROFISSIONAL Nº 3 AMARELO. KIT PARA A LIMPEZA DE PISOS F (KIT DE LIMPEZA/CARRINHO PROFISSIONAL Nº 3 AMARELO. KIT PARA A LIMPEZA DE PISOS FRIOS EM GERAL E OUTRAS SUPERFICIES. CARRO FUNCIONAL QUE TRANSPORTA TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A LIMPEZA.BALDE DOBLO 30 LITROS COM SISTEMA DE 2 AGUAS, UMA PARA SOLUCAO LIMPADORA E OUTRA PARA AGUA LIMPA, CONJUNTO MOPPO E PA POP.PLACA SINALIZADORA,ITENS INCLUSOS: 01 CARRO FUNCIONAL,01 BALDE DOBLO 30 LITROS - 2 AGUAS, 01 CABO TELESCOPICO - 1,40 M, 01 GARRA PLASTICA,01 REFIL LOOP COM CINTA 320 G,01 PLACA SINALIZADORA PISO MOLHADO,01 PA POP,01 CONJUNTO MOP PO - 60 CM)	5	Unidade	R\$1.462,62	R\$7.313,10
105	607280	607280 - LIMPADOR PISO DESINFETANTE HOSPITALAR (PARA SUPERFÍCIES FIXAS COMPOSIÇÃO PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO COM BIGUANIDA 5L)	600	Litro	R\$38,38	R\$23.028,00

106	607280	607280 - LIMPADOR PISO DESINFETANTE PARA SUPERFÍCIES FIXAS COMPOSIÇÃO PERÓXIDO DE (HIDROGÊNIO COM BIGUANIDA 5L)	600	Galao	R\$206,68	R\$124.008,00
107	307875	307875 - MOP ÚMIDO (MATERIAL: FIO DE ALGODÃO DE ALTA QUALIDADE TIPO PONTA: DOBRADA APLICAÇÃO: LIMPEZA COR: BRANCA PESO: 300 G COMPRIMENTO: 20 CM LARGURA: 22 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COSTURA REFORÇADA, TIPO ESFREGÃO E LAVÁVEL GRAMATURA: 100 G/M2)	300	Unidade	R\$15,65	R\$4.695,00
108	233648	233648 - PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO FOLHA SIMPLES (8 ROLOS X 300 MTS) - PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO (PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO FOLHA SIMPLES (8 ROLOS X 300 MTS) - PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO FOLHA SIMPLES (8 ROLOS X 300 MTS.)	300	Pacote	R\$41,67	R\$12.501,00
109	458825	458825 - PASTA UMECTANTE 20 KG EMBALAGEM: BALDES EM POLIETILENO 20 KG - PASTA UMECTANTE 2 (PASTA UMECTANTE 20 KG EMBALAGEM: BALDES EM POLIETILENO 20 KG - PASTA UMECTANTE 20 KG EMBALAGEM: BALDES EM POLIETILENO 20 KG, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: TENSOATIVOS, HIDROTOPO, ESPESSANTE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, COADJUVANTE, PACIFICANTE E VEICULO DESMINERALIZADO PRINCÍPIO ATIVO: ASSOCIAÇÃO DE TENSOATIVOS E AGENTE SOLVENTE.)	15	Unidade	R\$237,00	R\$3.555,00

110	456424	456424 - PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO+ ÁCIDO FOSFÓRICO (4,25%+3,40%) (PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (4,25%), ÁCIDO FOSFÓRICO (3,40%), TENSOATIVOS ANIÔNICOS, TENSOATIVO NÃO IÔNICO SOLVENTE, COADJUVANTE, TAMPONANTE, SEQUESTRANTE E ÁGUA DEIONIZADA. EMBALAGEM 5L)	150	Galao	R\$147,06	R\$22.059,00
111	416506	416506 - PORTA-PAPEL HIGIÊNICO (416506 - PORTA-PAPEL HIGIÊNICO (PORTA-PAPEL HIGIÊNICO - PORTA-PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, LARGURA: 28,5 CM, ALTURA: 26,5 CM, PROFUNDIDADE: 11,5 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA ROLO FOLHA SIMPLES DE 300,500M OU FOLHA DUPLA, INSTALAÇÃO: ANTIFURTO ATRAVÉS BUCHAS EXPANSIVAS,COM CHAVE, COR: BRANCA,CINZA.))	20	Unidade	R\$40,49	R\$809,80
112	234325	234325 - SABÃO PÓ - APLICAÇÃO: PRÉ-LAVAGEM DE ROUPAS HOSPITALARES, (APLICAÇÃO: LAVAR ROUPAS ADITIVOS: ALVEJANTE ODOR: FLORAL ASPECTO FÍSICO: PÓ COMPOSIÇÃO: AGENTE ALVEJANTE, ESTABILIZANTE, COMPLEXANTE, COAD SACO: 25KG)	50	Unidade	R\$228,08	R\$11.404,00
113	627701	627701 - SACO DE LIXO 100 LITROS, PCT C/ 100 UND.	100	Pacote	R\$26,94	R\$2.694,00
114	412492	412492 - SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR - SACO DE LIXO 100 LITROS (CAPACIDADE: 100 L COR: BRANCO LEITOSO LARGURA: 75 CM ALTURA: 105 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE NORMAS TÉCNICAS:	400	Pacote	R\$39,89	R\$15.956,00

		CLASSE II - NBR 9191 MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA PACOTE: 100 UNIDADES)				
115	228205	228205 - SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE – 40 LITROS (SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE – 40 LITROS PACOTE COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE MATERIAL VIRGEM, COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO, LEVA O SÍMBOLO INFECTANTE, OBEDECENDO A NORMA NBR 7500. SEGUEM AS NORMAS 9191 DA - SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE – 40 LITROS PACOTE COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, DE MATERIAL VIRGEM, COM PIGMENTAÇÃO BRANCO LEITOSO, LEVA O SÍMBOLO INFECTANTE, OBEDECENDO A NORMA NBR 7500. SEGUEM AS NORMAS 9191 DA ABNT E A RESOLUÇÃO ANVISA . (REFORÇADO) - MICRA 08)	400	Pacote	R\$31,39	R\$12.556,00
116	418433	418433 - SACO PLÁSTICO LIXO - SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 200 L (SACO PLÁSTICO LIXO - SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 200 L, COR PRETA, LARGURA 90 CM, ALTURA 120 CM,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEÇA ÚNICA. PACOTE COM 100 UNIDADES.)	600	Pacote	R\$53,24	R\$31.944,00
117	481090	481090 - SACO PLÁSTICO LIXO 100L (CAPACIDADE: 100 L COR: PRETA LARGURA: 85 CM PACOTE: 100 UNIDADES)	600	Pacote	R\$33,44	R\$20.064,00

118	470829	470829 - SACO PLÁSTICO PARA LIXO - (SACO PLÁSTICO PARA LIXO - SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE 40 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO ROLO, LARGURA 59 CM, ALTURA 80 CM, RESISTENTE, PACOTE COM NO MINIMO 100 UNIDADES.)	2000	Pacote	R\$25,68	R\$51.360,00
119	431183	431183 - SUPORTE PARA ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO, DO TIPO PAREDE, FIXADOS ATRAVÉS DE (431183 - SUPORTE PARA ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO, DO TIPO PAREDE, FIXADOS ATRAVÉS DE (BUCHAS E PARAFUSOS, NA PAREDE. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACABAMENTO POLIDO, COM CAPACIDADE PARA 01 ROLO DE PAPEL HIGIÊNICO, COM AS DIMENSÕES APROXIMADAMENTE (9,5X16X15)CM=(AXLXP), COM TAMPA AÇO INOX, ACOMPANHA KIT DE FIXAÇÃO.))	60	Unidade	R\$35,20	R\$2.112,00
120	229707	229707 - VASSOURA, REFIL MOP ÚMIDO, 100% ALGODÃO NATURAL, (VASSOURA, REFIL MOP ÚMIDO, 100% ALGODÃO NATURAL, PONTA DOBRADA, AUTOTORÇÃO, ENCAIXE EM MOP, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, AVULSO 1.0 UNIDADE)	200	Unidade	R\$25,48	R\$5.096,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi definida com base em pesquisa de preços realizada em fontes oficiais, considerando valores praticados em contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, por meio do sistema Fonte de Preços.

Os valores foram obtidos como referência para a formação do preço estimado da contratação, observando critérios de razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

Sendo assim, estimou-se um valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.722.385,77 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será realizada com fornecimento parcelado ao longo da vigência contratual, em razão da natureza contínua da demanda das Secretarias Municipais, permitindo melhor gestão de estoques, evitando desperdícios e otimizando a utilização dos recursos públicos.

No que se refere ao parcelamento da solução, procedeu-se à análise da divisibilidade do objeto, concluindo-se que os itens são tecnicamente independentes e amplamente disponíveis no mercado, não havendo interdependência entre eles que justifique sua contratação conjunta.

Dessa forma, optou-se pelo parcelamento da contratação em itens, visando ampliar a competitividade, possibilitar a participação de maior número de fornecedores e garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, verificou-se que o agrupamento dos itens poderia restringir a competitividade e não apresenta ganhos logísticos ou econômicos suficientes que justifiquem sua adoção.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se fazem necessárias contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano de Contratações Anual (PCA) do Município encontra-se em fase de desenvolvimento/implantação, motivo pelo qual a presente demanda ainda não está formalmente registrada no referido instrumento.

Contudo, a contratação mostra-se compatível com as diretrizes administrativas e necessidades institucionais do Município, atendendo ao interesse público e à continuidade dos serviços essenciais.

12. Resultados Pretendidos

Com a realização da presente contratação pretende-se:

- Garantir o abastecimento contínuo de materiais de limpeza para as Secretarias Municipais;
- Manter ambientes públicos limpos, organizados e adequados para atendimento à população;
- Assegurar melhores condições de trabalho aos servidores municipais;
- Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos;

- Contribuir para a conservação dos prédios públicos e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de materiais de limpeza apresenta potenciais impactos ambientais relacionados à composição química dos produtos, ao descarte de embalagens e à destinação final de resíduos, especialmente no caso de saneantes, desinfetantes e produtos com agentes químicos ativos.

Dessa forma, a solução deverá observar práticas que minimizem tais impactos, incluindo:

- exigência de que os produtos atendam às normas sanitárias e ambientais vigentes, especialmente quanto à composição e segurança de uso;

preferência por produtos biodegradáveis, quando disponíveis no mercado e tecnicamente viáveis;

- exigência de embalagens adequadas, devidamente identificadas e, sempre que possível, recicláveis;

orientação quanto ao descarte adequado de resíduos e embalagens, em conformidade com a legislação ambiental aplicável;

- vedação ao fornecimento de produtos que contenham substâncias proibidas ou restritas pelos órgãos reguladores competentes.

A Administração poderá, ainda, adotar critérios de fiscalização quanto à conformidade ambiental dos produtos fornecidos, inclusive quanto à rotulagem, composição e validade, garantindo a utilização segura e ambientalmente adequada dos materiais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação para fornecimento parcelado de materiais de limpeza mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

O objeto é amplamente disponível no mercado, existindo diversas empresas aptas a fornecer os produtos necessários, o que possibilita a realização de processo licitatório competitivo.

Assim, considerando a necessidade administrativa e a disponibilidade de fornecedores, conclui-se que a contratação pretendida é plenamente viável e adequada ao atendimento do interesse público.

16. Responsáveis

I – Isaac Felicíssimo dos Santos – 110321202

II – Daiane de Jesus Andrade dos Santos – 110321020

Laje/BA, 13 de abril de 2026.

Isaac Felicíssimo dos Santos
Diretor de Transparência

MAPA DE RISCOS

Objeto: Aquisição parcelada de materiais de limpeza para atender às demandas das Secretarias do Município.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Vigência: 12 meses

Risco	Causa	Impacto	Probabilidade	Medidas Preventivas	Ação de Contingência
Pesquisa de preços inadequada	Levantamento insuficiente de fornecedores	Média	Média	Realizar pesquisa em diversas fontes	Revisar estimativa antes da licitação
Baixa competitividade	Exigências restritivas no edital	Média	Baixa	Elaborar TR com critérios compatíveis com o mercado	Revisão do edital
Atraso na entrega	Problemas logísticos do fornecedor	Alta	Média	Definir prazos claros de entrega	Aplicação de sanções contratuais
Entrega de produtos inadequados	Falta de controle de qualidade	Alta	Média	Especificações claras e fiscalização	Substituição imediata dos produtos
Falha na fiscalização	Ausência de acompanhamento do contrato	Média	Baixa	Designação de fiscal e gestor	Registro e correção das ocorrências

Laje/BA, 06 de março de 2026

Isaac Felicíssimo dos Santos

Matrícula nº 110321202

Diretor de Transparência

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

Prefeitura Municipal de Laje, inscrita no CNPJ: 13.825.492-0001-04, por intermédio Secretaria Municipal de Administração com sede na Praça Jose de Almeida, CEP 45.490.000, na cidade de Laje, Estado CEP 44.440-900, neste ato representado (a) pelo (a), nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº , de , publicada no de , doravante ***** ** 20** DOM 20** denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado [CONTRATADO], [CNPJ], (a) na , na cidade de / , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado [endereço] [cidade][UF] (a) por , conforme [nome e função no CONTRATADO] [atos constitutivos da empresa] [procuração OU tendo em vista o que consta no Processo administrativo e em apresentada nos autos nº 423/2025 observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) nº , mediante as Pregão Eletrônico XX/XXXX cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1. O Termo de Referência;
- 2.3.2. O Edital da Licitação;
- 2.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

6.1. *O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.*

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. A Administração terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 dias;

9.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da cidade de Laje para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*Laje, ** de ***** de 2026.*

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE-BA

Processo Administrativo nº 423-2025
Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

1. O(A).....(**órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços**), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (**cargo e nome**), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202...., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **[objeto]**, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do **[edital de licitação]** n.º **xxxx/xxxx**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

3.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o(a) **[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]**.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
- 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

PREGÃO ELETRÔNICO Nº */2026/PE/SRP**
(Processo Administrativo nº 423/2025)

Planilha de Preços e Quantitativos
[para envio pelos melhores classificados]

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO Aquisição material de limpeza, durante o período de 12(doze) meses para suprir as necessidades das diversas secretarias do município de laje/BA		

Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
	[O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I]					
Valor Total da Proposta						

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito desolicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº ***/2026/PE/SRP.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.